

UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

GUILHERME JOSÉ PESSONI

**O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA SOB A
ANALISE DA POLÍTICA MACROECONÔMICA**

FRANCA

2014

GUILHERME JOSÉ PESSONI

**O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA SOB A
ANALISE DA POLÍTICA MACROECONÔMICA**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Ms. Márcio Benevides
Lessa

FRANCA

2014

O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA SOB A ANALISE DA POLÍTICA MACROECONÔMICA

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas

Franca, 01 dezembro de 2014

Orientador: _____

Nome: Prof. Ms. Márcio Benevides Lessa

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador(a): _____

Nome: Prof.

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador(a): _____

Nome: Prof.

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Dedico este trabalho aos meus pais, José dos Reis Pessoni e Viviana C. Saldanha Pessoni, amigos, professores e familiares pela dedicação, apoio, compreensão e, sobretudo pela fé depositada em mim durante todos esses anos de vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- a Deus;
- aos meus amigos, parentes e familiares;
- ao meu orientador, o Prof. Ms. Marcio Benevides Lessa, por acreditar; apoiar durante todo o desenvolvimento deste projeto e pela confiança em mim depositada.

Economia frequentemente não tem relação com o total de dinheiro gasto, mas com a sabedoria empregada ao gastá-lo.

HENRY FORD

RESUMO

Os anos 80 foram tenebrosos no que tange ao desenvolvimento econômico e social do Brasil; a inflação estava em completo descontrole; altas taxas de desemprego; as dívidas externa e interna do governo não paravam de crescer e isso levava à recessão; os presidentes José Sarney e Fernando Collor de Melo adotaram políticas que só fizeram piorar a situação da economia. Em razão dessa condição, completamente caótica, o período de 1984 a 1994 ficou conhecido como a década perdida. A situação da economia brasileira começou a mudar no segundo semestre de 1994 quando foi adotado o Plano Real, instituído na administração de Itamar Franco e planejado por Fernando Henrique Cardoso e Pedro Malan. Esse plano foi o único que conseguiu controlar a inflação e promoveu o ajuste fiscal, que equilibrou as contas do governo. Outra vertente do Plano Real foi promover a abertura da economia brasileira por meio das privatizações, diminuindo a participação do governo na economia, deixando o mercado brasileiro mais livre e permitindo que novos investimentos fossem realizados no país, colaborando para o crescimento da economia, melhoria na distribuição de renda e o fortalecimento do mercado interno, o que consolidou o Brasil como uma das dez economias mais importantes do mundo.

Palavras-chave: Economia Brasileira, Crescimento Econômico, Plano Real, Governo FHC, Governo Lula.

ABSTRACT

The 80s were dark regarding economic and social development of Brazil , inflation was in complete disarray , high unemployment , foreign and domestic government debt kept growing , this led to the recession , the presidents José Sarney , and Fernando Collor de Melo , have adopted policies that have only made matters worse the economy , due to the completely chaotic condition , the period from 1984 to 1994 was known as the lost decade . The Brazilian economic situation began to change in the second half of 1994 , when we adopted the Real Plan , instituted in the Itamar Franco administration , and was designed by Fernando Henrique Cardoso and Pedro Malan , this plan was the only one who could control inflation and promoted the fiscal adjustment , which balanced the government's accounts . Another aspect of the Real Plan was to promote the opening of the Brazilian economy through privatization , reducing government involvement in the economy , leaving more free Brazilian market, enabling new investments were made in the country , contributing to economic growth , improvement in income distribution , and the strengthening of the internal market , it has consolidated Brazil as one of the top ten economies in the world.

Keywords: Brazilian Economy , Economic Growth , Real Plan , FHC government , Lula Government .

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico do crescimento da economia brasileira no período entre 1981 e 1993.....	16
Figura 2 – Gráfico da evolução do total dos títulos públicos federais e estaduais entre junho de 1988 e dezembro de 1989	17
Figura 3 - Gráfico do crescimento do PIB 1990-1992	26
Figura 4 - Gráfico taxa de inflação mensal durante o governo Collor 1990-1992	27
Figura 5 - Gráfico do crescimento do PIB brasileiro e do comportamento da inflação (INPC/IBGE), entre 1995-2002.....	39
Figura 6 - Taxa de câmbio, dólar comercial compra - setembro a dezembro de 2002.....	42
Figura 7: Inflação mensal segundo semestre de 2002 INPC/IBGE	43
Figura 8 - Evolução mensal da taxa de juros Selic de 2003-2010	46
Figura 9 - Gráfico comparativo: Taxa Selic mensal x INPC mensal.....	47
Figura 10 - Gráfico comparativo: Taxa Selic média anual x INPC anual	47
Figura 11 - Gráfico do Crescimento do PIB brasileiro entre 2003 e 2006:.....	49
Figura 12 - Gráfico da taxa de desemprego no Brasil entre 2003 e 2009.....	52
Figura 13 - Gráfico do Índice Ibovespa 2007 à 2014	55
Figura 14 - Gráfico comparativo do desempenho de nove países e a da União Europeia entre 2004 e 2010.	58
Figura 15 - Gráfico da taxa de desemprego no Brasil de 2005 – 2011	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas mensais de inflação na vigência dos planos Cruzado I e II, Bresser e Verão (em %, segundo IPC/IBGE).....	15
Tabela 2 - Taxas anuais de inflação do Governo Sarney 1985-1989, segundo o INPC/IBGE (valores em %).	15
Tabela 3 - Balança de pagamentos: Brasil 1981-1993 (US\$ bilhões).....	18
Tabela 4 : Brasil; tarifas médias de importação 1987-1992.	23
Tabela 5 - Taxa de Inflação anual no Governo Collor.....	27
Tabela 6 - Total das Receitas Federais em 1993.	33
Tabela 7 : Taxas mensais de inflação INPC/IBGE em 1994-1995	36
Tabela 8 : Taxa de inflação anual do pós-real 1994-2002.....	37
Tabela 9 - Investimentos externos no Brasil durante o Governo FHC (1995-2002, em US\$ mi)	38
Tabela 10 - Dívida externa (Em Bilhões de US\$)	41
Tabela 11 - Índice de GINI ⁴ no Brasil entre 2002 e 2009	50
Tabela 12 - Reservas Internacionais brasileiras durante o governo Lula (2003 – 2010).....	51
Tabela 13 - Taxa de crescimento das principais economias do mundo e da União Europeia em 2008 e 2009	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. POLÍTICA MACROECONÔMICA E A ECONOMIA BRASILEIRA	
A PARTIR DA DÉCADA DE 80	14
1.1 GOVERNO COLLOR.....	22
2. PLANO REAL E O GOVERNO FHC.....	29
2.1 PLANO REAL	30
2.1.1 As etapas do Plano Real.....	31
2.2 Privatizações e o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.....	38
3. GOVERNO LULA 2003-2010.....	45
3.1 SEGUNDO MANDATO DE LULA (2007 – 2010), PAC E CRISE ECONÔMICA DE 2008-2009.....	51
3.1.1 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).....	52
3.1.2 Crise Econômica de 2008	54
CONCLUSÃO	61
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	66
REFERENCIAL ELETRÔNICO.....	68

INTRODUÇÃO

Historicamente o Brasil era tido pelos investidores, especialmente os estrangeiros, como um mercado pouco atraente, instável e com ameaça iminente de um calote ou falência geral. As políticas econômicas, visando a estabilização dos níveis de inflação adotadas na década de 80, eram ineficientes e isso afastava cada vez mais investidores internacionais e gerava um grande pessimismo entre os investidores brasileiros.

Mas as mudanças nas estruturas política e econômica realizadas nas duas últimas décadas, trouxeram resultados positivos e a boa situação econômica que o Brasil passa nos últimos anos é surpreendente, ao ponto de despertar a inveja de alguns países desenvolvidos. Vários cenários, conjunturas e acontecimentos atuais foram favoráveis ao desenvolvimento econômico do Brasil.

Mas o que fez com que o mundo virasse os olhos para um país que historicamente não era respeitado no cenário internacional?

Pode-se associar essa mudança de perspectiva sobre o mercado brasileiro, as sucessivas políticas adotadas pelo governo federal que começaram na gestão de Itamar Franco (1992-1994) e posteriormente com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que visavam à estabilização da economia; a política adotada foi o Plano Real, única política capaz de conseguir estabilizar os níveis de inflação no Brasil e essa estabilidade foi a porta de entrada para novos investidores nacionais e internacionais.

A política de privatização adotada por Fernando Henrique Cardoso, também foi fator preponderante para a entrada de investimentos do exterior, uma vez que as antigas empresas estatais que tinham por características serem congeladas e burocráticas, tornaram-se empresas privadas supervisionadas por agências federais que dinamizaram alguns setores da economia.

Além disso, essa política representou no mercado externo um sinal claro de que o Brasil estava tomando o caminho do Neoliberalismo, política adotada nos países desenvolvidos e que dava mostras de que o governo brasileiro estava

disposto a seguir os métodos dos países desenvolvidos e criar um ambiente propício para novos investimentos.

A gestão de Luiz Inácio Lula da Silva e atualmente de Dilma Rouseff, deu continuidade às políticas adotadas pelos seus antecessores e isso contribuiu extraordinariamente para o aumento da credibilidade do mercado brasileiro no exterior e para o crescimento do otimismo dos investidores brasileiros. Atualmente os investidores têm certeza que a realização de investimentos no Brasil é extremamente viável e seguro o que não ocorria em outros tempos.

Outro fator a se considerar, é que o Brasil sempre foi um país subdesenvolvido, que baseava sua economia na produção agrícola e exploração de minerais, e isso deixou as indústrias brasileiras defasadas em relação às indústrias de outros países.

Sendo assim, surgiu a ideia de que o Brasil é um país onde tem muito o que se fazer. Existem muitas obras no sentido de estruturação a serem feitas; há um vasto mercado a ser explorado. Em meio a tantas oportunidades, vem crescendo a ideia do empreendedorismo, que é fomentada pelo sonho de muitos brasileiros, ou seja, o de trabalhar para si mesmo e tornar-se dono do seu próprio negócio.

Além disso, o governo federal vem aumentando as linhas de crédito para investimento, o que viabiliza a entrada de novos investidores no mercado, aumentando cada dia mais o número de empresas no Brasil.

O presente estudo visa analisar as principais políticas econômicas adotadas no Brasil após a redemocratização em 1985 e seus impactos no desempenho da economia brasileira, desde o Plano Cruzado adotado por José Sarney. Também será abordada a abertura econômica promovida por Collor, o Plano Real instituído no governo de Itamar Franco e orquestrado por Fernando Henrique Cardoso, quando foi ministro da Fazenda e a continuidade do plano após a eleição de Fernando Henrique Cardoso como presidente da república.

Também será abordado o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, suas políticas de fomento do mercado interno, melhoria na distribuição de

renda, o PAC que visava a aceleração do crescimento da economia brasileira e como o Governo brasileiro lidou com a crise financeira de 2008.

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento da economia brasileira após a aplicação das principais políticas macroeconômicas a partir de 1985, ano da redemocratização, observando os principais indicadores de desempenho, como crescimento do PIB, índice de inflação, dívida pública, além de indicadores sociais, como índice de GINI e nível de desemprego.

1. POLÍTICA MACROECONÔMICA E A ECONOMIA BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 80

As políticas macroeconômicas, via de regra, buscam essencialmente três objetivos: crescimento da economia, estabilidade nos níveis de preço das mercadorias circulantes e eficiência quanto à distribuição de riqueza.

Para Parkin (2003),

o desafio das políticas macroeconômicas de governo é fazer uso das políticas fiscal e monetária para impulsionar o crescimento de longo prazo, estabilizar o ciclo econômico, baixar os índices de desemprego, domar a inflação e evitar grandes déficits.

O caos é instalado em um sistema econômico quando uma dessas vertentes apresentam desequilíbrio, pois estas variáveis se relacionam diretamente. Quando uma destas não apresenta bom desempenho contamina rapidamente as outras variáveis, com isto, a economia entra num ciclo de distúrbio contínuo, acarretando sérios problemas para toda a população participante deste sistema econômico evidenciado.

Durante a década de 80, do século XX, a economia brasileira vivenciou um ciclo de profundo desequilíbrio, provocado pelos elevados índices de inflação. Para tentar dominar a inflação neste período, foram adotados vários planos econômicos, dos quais merecem destaques os planos Cruzado I adotado em fevereiro de 1986 e Cruzado II adotado em novembro de 1986, plano Bresser em junho de 1987 e Plano Verão adotado em janeiro de 1989.

Para Lanzana e Lopes (2009)

A aceleração permanente da inflação levou o Brasil a viver um dos períodos mais medíocres de sua história em termos de condução da política econômica. A falta de consciência de que não se combate inflação com artificialismos fez com que se adotassem vários planos de estabilização no período de 1986 – 1991, todos eles condenados ao fracasso. (LOPES & LANZANA, 2009, p. 10).

Com o fracasso desses planos de estabilização, a inflação continuava crescendo no Brasil, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 - Taxas mensais de inflação na vigência dos planos Cruzado I e II, Bresser e Verão (em %, segundo IPC/IBGE¹).

Período	IPC/IBGE	Período	IPC/IBGE	Período	IPC/IBGE
Março/1986	0,11	Setembro	5,68	Março	6,09
Abril	0,78	Outubro	9,18	Abril	7,31
Maio	1,40	Novembro	12,84	Maio	9,94
Junho	1,27	Dezembro	14,14	Junho	24,83
Julho	1,19	Janeiro/1988	16,51	Julho	28,76
Agosto	1,68	Fevereiro	17,96	Agosto	29,34
Setembro	1,72	Março	16,01	Setembro	35,95
Outubro	1,90	Abril	19,28	Outubro	37,62
Novembro	3,29	Maio	17,78	Novembro	41,42
Dezembro	7,27	Junho	19,53	Dezembro	53,55
Janeiro/1987	16,82	Julho	24,04	Janeiro/1990	64,17
Fevereiro	13,94	Agosto	20,66	Fevereiro	73,21
Março	14,40	Setembro	24,01	Março	85,12
Abril	20,96	Outubro	27,25		
Maio	23,21	Novembro	26,92		
Junho	26,06	Dezembro	28,79		
Julho	3,05	Janeiro/1989	70,28*		
Agosto	6,36	Fevereiro	3,60		

Fonte: IBGE, 1991.

*Acúmulo de 51 dias em razão da mudança metodológica feita pelo Plano Verão.

No acumulado anual do Governo do Presidente José Sarney (1985-1989), pelo INPC/IBGE, tem-se conforme a tabela abaixo:

Tabela 2 - Taxas anuais de inflação do Governo Sarney 1985-1989, segundo o INPC/IBGE² (valores em %).

Ano	1985	1986	1987	1988	1989
INPC/IBGE	239,01	59,21	394,61	993,28	1.863,55

Fonte: IBGE, 1991.

Como descrito anteriormente, os problemas provocados pelo desequilíbrio de uma das variáveis macroeconômica, provocam problemas de

¹ O IPC/IBGE era o índice oficial que mediu a inflação brasileira entre março de 1986 a fevereiro de 1991. Em março de 1991 foi extinto.

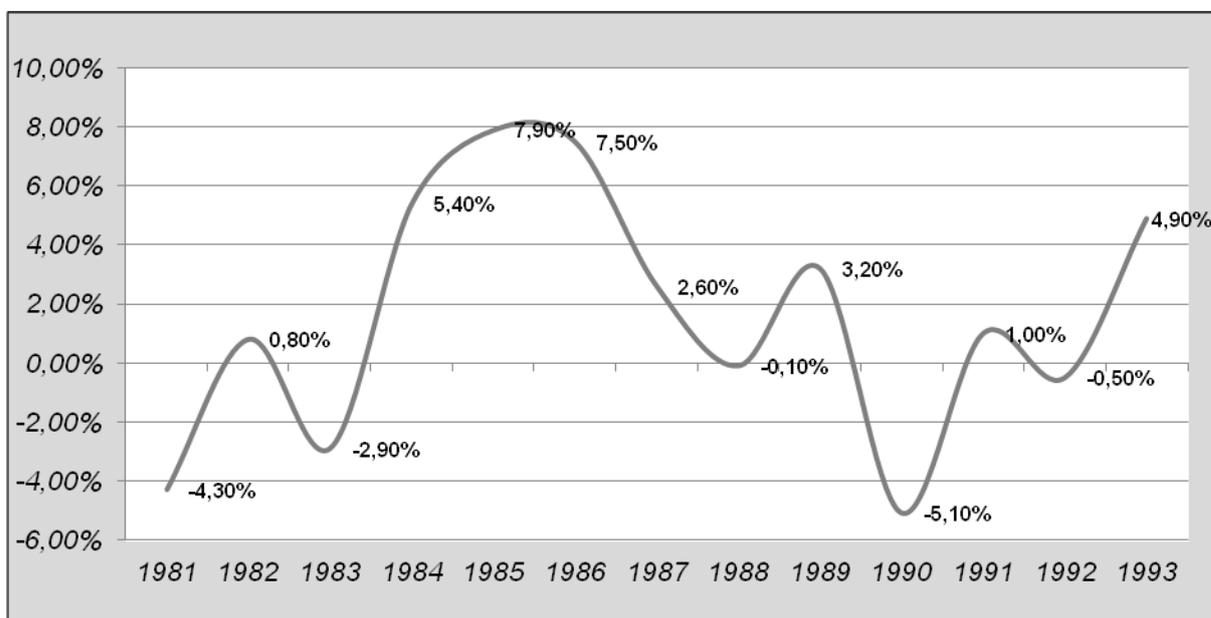
² O INPC é calculado pelo IBGE, entre o primeiro e o trigésimo dia de cada mês. Foi criado com o objetivo de orientar os reajustes de salários dos trabalhadores, tendo como base as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre um e cinco salários mínimos.

diversas formas nas diferentes esferas da sociedade. A produção global é afetada, pois, não existe confiança por parte dos empresários em realizar os investimentos necessários ao bom desempenho da economia, resultando em um crescimento econômico ínfimo ou negativo.

Pode-se deduzir que a instabilidade da economia brasileira na década de 80 e os sucessivos fracassos dos planos de estabilização, fizeram com que o Brasil vivenciasse talvez seu pior período econômico, no que diz respeito principalmente ao crescimento da economia. Segundo dados do IBGE, o crescimento médio da economia brasileira entre 1981 e 1993 foi de apenas 1,7% ao ano, desempenho pífio considerando que, segundo a mesma fonte, a média de crescimento da economia brasileira entre 1950 e 1980 foi de 7% ao ano.

Nesse período, por várias vezes o crescimento da economia brasileira foi negativo como revela o gráfico abaixo.

Figura 1 - Gráfico do crescimento da economia brasileira no período entre 1981 e 1993.



Fonte: IBGE.

Elaboração: o Autor.

O baixo crescimento da economia brasileira na década de 80 se deveu ao fato de que as políticas de estabilização adotadas eram, via de regra, de caráter ortodoxo, que previa que a melhor maneira de se combater a inflação era por meio

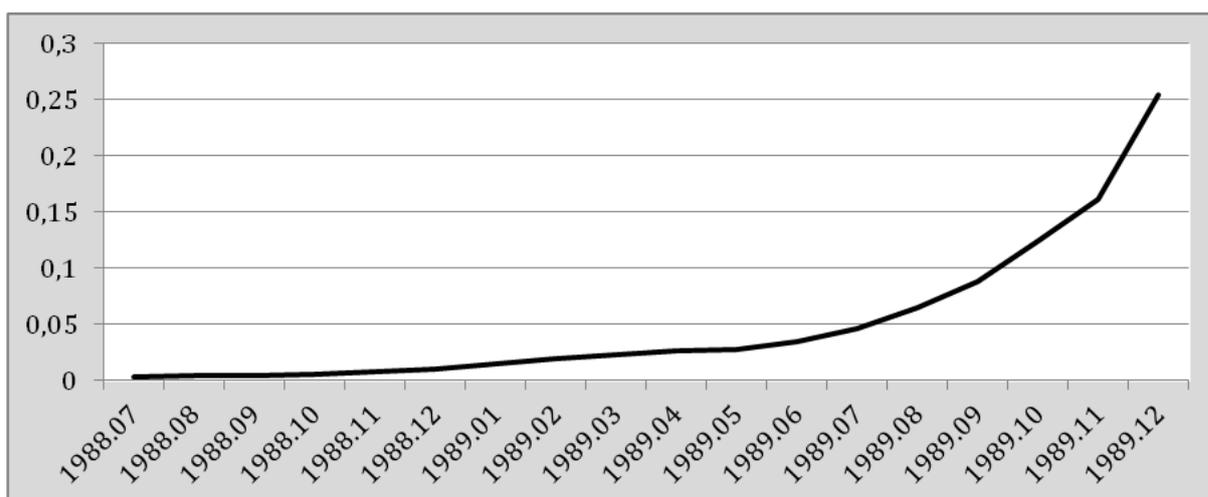
de recessão. Com isso, investir no Brasil era muito arriscado e o espírito pessimista dos empresários e investidores crescia cada vez mais.

Além disso, durante o período da ditadura militar existiam barreiras quanto à entrada de capital e produtos estrangeiros; barreiras essas que segundo José Marangoni Camargo, só seriam quebradas com a abertura comercial econômica promovida pelo governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992).

Logo, se os investidores brasileiros ou estrangeiros não realizavam investimentos, cabia exclusivamente ao governo federal realizar os investimentos necessários para a produção de bens e infraestrutura. Com isso, a participação do Estado no mercado era grande ao ponto de ser decisiva para os rumos da economia.

Como era de incumbência exclusiva do governo federal a missão de alavancar a economia e dado o baixo crescimento da economia por falta de investimento privado, as receitas do governo eram reduzidas e para financiar o desenvolvimento, o governo se via obrigado a emitir títulos de dívida interna para financiar o endividamento externo.

Figura 2 – Gráfico da evolução do total dos títulos públicos federais e estaduais entre junho de 1988 e dezembro de 1989



Fonte: Banco Central do Brasil, disponível em www.ipeadata.gov.br, acesso em 08 out. 2014

Elaboração: O Autor

Podemos perceber que a emissão de títulos públicos federais e estaduais disparou após junho de 1989 e isso reflete no aumento do endividamento público, que segundo Souza (2008),

Apesar de serem transferidos para o exterior, sob a forma de juros US\$ 150 bilhões de 1980 a 1989, a dívida externa aumentou no período de US\$ 64,2 bilhões para US\$ 115,10 bilhões. Para pagar esses juros externos, o governo brasileiro emitia títulos da dívida interna, os vendia no mercado interno a fim de obter moeda nacional e adquirir os dólares dos exportadores; isso tornou explosiva a dívida interna, que saltou de 4,2% do PIB em 1980, para 15% do PIB em 1989. (SOUZA, 2008, p. 197).

O crescimento do déficit público, mais tarde, seria apontado como um dos vilões da hiperinflação, ainda segundo o mesmo autor.

O raciocínio comum, tanto para os que propunham cortar o gasto público quanto para os que defendiam juros elevados, era o de que a raiz da inflação era o déficit público; na medida em que exigia a emissão de moeda e assim representaria excesso de demanda sobre oferta, pressionaria os preços para cima, por isso, dever-se-ia cortar o gasto público para debelar a inflação. (SOUZA, 2008, p. 218).

Observa-se com clareza que a instabilidade nos preços provocava inúmeros problemas por todos os setores da economia e esses problemas aconteciam desde o processo produtivo até a administração pública.

Tabela 3 - Balança de pagamentos: Brasil 1981-1993 (US\$ bilhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo da balança comercial	Saldo da balança de serviços	Saldo de transações correntes	Conta de capitais	Saldo da balança de pagamentos
1981	23,30	22,10	1,20	-3,10	-11,70	12,80	0,60
1982	20,20	19,40	0,80	-17,10	-16,30	7,80	-8,80
1983	21,90	15,40	6,50	-13,40	-6,80	2,10	-5,40
1984	27,00	13,90	13,10	-13,20	0,04	0,20	0,70
1985	25,70	13,20	12,50	-12,90	-0,20	-2,50	-3,20
1986	22,30	14,00	8,30	-13,70	-5,30	-7,10	-12,40
1987	26,20	15,00	11,20	12,70	-1,40	-0,70	-3,00
1988	33,80	14,60	19,20	15,10	4,20	3,60	7,00
1989	34,40	18,30	16,10	15,30	1,00	-3,60	-3,40
1990	31,40	20,70	10,70	15,40	-3,80	-4,70	-8,80
1991	31,60	21,00	10,60	13,50	-1,40	-4,10	-4,70
1992	35,90	20,60	15,30	11,30	6,10	25,30	30,00
1993	38,60	25,50	13,10	-15,40	-0,60	9,90	8,40

Fonte: Conjuntura Econômica *Apud* Gremaud, Vasconcellos, Tonetto Jr. **Economia Brasileira Contemporânea**, 5ª Ed, São Paulo: Atlas, 2004.

A produção de bens era prejudicada por conta dos baixos níveis de investimento privado, políticas recessivas e juros altos. O governo não conseguia equilibrar as contas públicas, com isso o governo acumulou sucessivos déficits na balança de pagamentos.

O acúmulo de déficits provocava um rombo enorme nas contas públicas e o governo federal não conseguia implantar medidas para melhoria na condição social, ou seja, toda a população padecia por conta da inflação.

Pode-se perceber que na esfera social, toda a população, especialmente as mais pobres, sofrem, pois, uma vez que a produção não cresce, a oferta de produtos diminui. Tendo em vista que a população tende a continuar crescendo, a demanda por bens continua crescente. Essa pressão de demanda sobre a oferta limitada de produtos, faz com que os preços não parem de subir, especialmente o preço de bens essenciais, como alimento e vestuário.

A consequência desse fenômeno é que a população pobre tende a empobrecer ainda mais, dado que a economia não cresce, portanto não gera a renda necessária para atender os que vão ficar excluídos. A população, que continua a crescer, também faz aumentar a taxa de desemprego da população, pois dada a falta de investimentos na economia, não são criados novos postos de trabalho, obrigando os trabalhadores a lutar por emprego, se sujeitando a salários cada vez mais baixos.

Este processo foi explicado pelos economistas da CEPAL, em especial Aníbal Pinto, contido no livro *50 anos de pensamento na CEPAL (2000)*. Esses pensadores defendiam que era clara a tendência concentradora de renda do estilo de desenvolvimento que vinha sendo adotado no Brasil e no restante da América Latina, uma vez que as indústrias de bens duráveis que são responsáveis por boa parte da composição do PIB, além de ser o setor com maior grau tecnológico, conseqüentemente o que apresenta melhores níveis de salários, não conseguia se desenvolver, pois, dependia exclusivamente da demanda das camadas de alta renda da sociedade e isso impedia o progresso tecnológico e econômico dessas economias.

Sendo assim, pode-se verificar um cenário na qual a renda da população fica estagnada pelo baixo crescimento da economia; os níveis de preço crescente por pressão de demanda, uma vez que a população não para de crescer. Como consequência, a população perde seu poder de compra e as camadas que apresentam rendas inferiores da sociedade sofrem ainda mais com este processo, pois sua renda estará limitada ao seu salário, que perde poder de compra. As camadas sociais que possuem renda mais elevada conseguem manter seu nível de renda, uma vez que a lucratividade das empresas produtoras é preservada.

Essa situação colabora para a ascensão de mercados oligopolistas, dominados por pouquíssimas empresas, diminuindo a concorrência e continuando o ciclo de constante alta de preços. A formação de oligopólio contribui diretamente para a má distribuição de renda, uma vez que os meios de produção de riqueza ficam concentrados nas mãos de poucos empresários (especialmente os bens de capital), sobrando para as classes de baixa renda, que são a maior parte da população, apenas o salário, que é uma pequena parcela do produto total da economia.

Na visão de Souza (2008),

(...) a concentração de renda se agravou na década de 80: o índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, subiu de 0,59 para 0,64. O número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza aumentou de 29,5 milhões para 39,2 milhões, passando de 24,8% da população em 1980, para 27,2% em 1990. Enquanto isso a participação do setor financeiro na renda nacional subiu de 7,8% em 1980 para 19,5% em 1989. (SOUZA,2008, p. 218).

Com isso, pode-se observar que o aumento da concentração de renda se dava pela formação de oligopólios e de alguns monopólios atribuídos a empresas estatais, que não geravam novos empregos e o aumento da participação do setor financeiro. Fica evidenciada, pois, que os detentores de capital optavam por investir em ativos financeiros que se apresentavam mais seguros do que uma aplicação no setor real (produtivo), abalado pela instabilidade da economia.

Sendo assim, a economia permanecia cada vez mais estagnada e em plena recessão. O único agente que poderia mudar essa situação no setor real era o próprio governo, que era o único agente que poderia mudar o jogo.

Para manter o crescimento da economia, a alternativa era o governo brasileiro investir cada vez mais nas empresas estatais. Entretanto, essas empresas apresentavam regulamentos rígidos e engessados. Além da burocracia que existe dentro dessas empresas, a bomba do engessamento e da burocracia explode no resultado comercial dessas empresas, pois seus regulamentos internos geram grandes obstáculos no que diz respeito à estrutura dessas empresas. A letargia das decisões de inovação provocada pela burocracia interna deixava essas empresas obsoletas no mercado, muitas vezes incorrendo em prejuízo, aumentando ainda mais os déficits no orçamento público.

Tendo em vista todo o caos que a economia brasileira enfrentava, ficava claro que para o país funcionar corretamente seria necessário um rompimento do sistema adotado. Dentro desse pensamento, os economistas da época já previam que para solucionar o problema precisariam ocorrer mudanças drásticas e a principal delas seria a desestatização, ou seja, privatizando as estatais improdutivas, além de abrir mercado para o capital estrangeiro.

A alternativa seria o governo brasileiro aderir às ideias difundidas pelo consenso de Washington³, que previam diversas mudanças na estrutura política dos países subdesenvolvidos. Para Souza (2008), dentre as principais mudanças previstas cabe apontar:

- a abertura econômica, ou seja, fim das barreiras protecionistas;
- a desestatização, especialmente com privatização das empresas estatais;
- a desregulamentação, isto é, eliminar as leis que limitam o fluxo de capital internacional, especialmente o especulativo; e
- a flexibilização das relações de trabalho, com o fim dos direitos sindicais, especialmente na América Latina.

³ O consenso de Washington segundo Souza (2008); Tratou-se de uma reunião ocorrida em 1989, na cidade de Washington (EUA), convocada pelo instituto internacional de economia, patrocinada pelo governo Norte-Americano, FMI, Banco Mundial, e representantes dos bancos, e demais empresas transnacionais. Como resultado desse encontro, foi produzido um documento denominado "Consenso de Washington", e o conjunto de ideias contidas nesse documento passou a ser denominado neoliberalismo.

1.1 GOVERNO COLLOR

Segundo Werner Baer (1995), quando Collor assumiu a presidência em 15/03/1990, a inflação atingia uma taxa mensal de 81%. De imediato adotou o surpreendente plano Collor I, que previa uma série de medidas austeras de combate à inflação. As principais delas:

- congelamento de 80% de todos os depósitos de Overnight, contas correntes ou poupanças que excedessem NCz\$ 50 mil por 18 meses;
- introduziu uma nova moeda. O Cruzeiro substituiu o Cruzado Novo;
- criação de um imposto extraordinário e único sobre operações financeiras - o IOF;
- congelamento inicial de preços e salários;
- eliminação de vários incentivos fiscais;
- indexação imediata dos impostos sobre a renda, e produtos manufaturados;
- implementação de medidas disciplinares e novas leis reguladoras sobre operações financeiras, buscando reduzir drasticamente a sonegação fiscal;
- aumento do preço dos serviços públicos;
- liberação do câmbio e adoção de várias medidas para promover uma gradual abertura da economia brasileira em relação à concorrência externa;
- extinção de vários institutos governamentais e o anúncio da intenção do governo de demitir 360 mil funcionários públicos; e
- medidas preliminares para instituir um processo de privatização.

Ainda segundo Baer (1995):

(...) A primeira vista o plano teria sido bem sucedido, trazendo a inflação para 5%, porém esta redução da inflação se deu em detrimento de uma diminuição brusca nos meios de liquidez, reduziu de cerca de 30% para 9% do PIB, o que provocou uma forte diminuição da atividade econômica, fazendo com que o PIB daquele ano tivesse o pior resultado da história, redução de 5,10%. (BAER, 1995 p.198).

Continuando a sua linha de pensamento, Baer (1995) afirmava que assim caía por terra mais um plano econômico de combate à inflação. Porém, o Plano Collor I deixou um bom legado no que diz respeito a abertura econômica, uma vez que previa a adoção de várias políticas de abertura de mercado, deixando de lado a antiga tendência latino americana de estado desenvolvimentista, que previa participação intensa do estado no mercado, controlando áreas estratégicas de produção e comércio, e passando a adotar as tendências neoliberalistas difundidas pelos Estados Unidos, Japão e pelas principais economias da Europa, além de outras grandes economias mundiais.

Na visão de Marcos Cordeiro Pires (2010), Collor foi o precursor de várias políticas com a finalidade de abertura comercial do Brasil. Facilitou a importação por intermédio de políticas fiscais que reduziram os impostos sobre a importação. Com isso ocorreu aumento da oferta interna de produtos, fazendo com que os preços de algumas mercadorias se estabilizassem.

Pode-se perceber que a tarifa média para importações estava decrescente desde 1987 e Collor continuou seguindo essa tendência, respeitando as ideias do consenso de Washington, quebrando as barreiras protecionistas e abrindo cada vez mais o mercado brasileiro para empresas estrangeiras.

Tabela 4: Brasil; tarifas médias de importação 1987-1992.

Ano	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Tarifa média (%)	51,0	41,0	35,0	32,2	25,3	21,2

Fonte: Perspectivas da economia brasileira 1992, Brasília, IPEA, 1991, p. 67 e 76.

Adaptação: o Autor.

Sem dúvida, essa abertura comercial econômica iniciada por Collor, foi o primeiro passo para que o Brasil alcançasse o atual nível de desenvolvimento, uma vez que deu maior participação e autonomia das empresas privadas no mercado e previa a privatização das empresas estatais, que como todo órgão estatal, padecia de regulamentos engessados e da burocracia.

Segundo Schneider (1992), além do engessamento e da burocracia a qual as empresas estatais eram expostas, também eram utilizadas com finalidade política e ainda apresentavam um desempenho desfavorável no mercado. Elas acabavam por pagar altos salários e tinham sérias restrições no que tange às contratações e demissões de funcionários. E com a garantia de estabilidade, normalmente esses funcionários não se empenhavam de maneira a fazer a empresa se tornar competitiva, o que garantia uma característica pouco recomendável: a improdutividade.

Além disso, era comum que os governos na década de 80 utilizassem essas empresas para combate da inflação.

Segundo Ben Ross Schneider (1992),

(...) em 1986 o preço real do aço era 40% inferior ao de 1980, as tarifas telefônicas 65%, e a energia elétrica 16%, desta forma o governo subsidiaria os consumidores, no acumulado da década, somente com a subvalorização do preço do aço, o governo brasileiro subsidiou \$ 4,6 bilhões aos consumidores. (SCHNEIDER, 1992; p. 7).

Sendo assim, toda essa utilização política das empresas estatais provocava um grande déficit no orçamento público devido à baixa produtividade, altas remunerações aos funcionários e os baixos preços que estas operavam no mercado. Ainda segundo o mesmo autor,

Os empregados das empresas estatais gozam de benefícios que não são largamente disponíveis no setor privado, incluindo maior estabilidade no emprego, melhores salários, e maiores benefícios, setenta por cento dos trabalhadores da indústria ganham menos de seis salários mínimos (por volta de \$500 em 1990), ao passo que 86% dos trabalhadores em empresas estatais, recebem seis ou mais.(...) Além disso, as empresas estatais têm dado preferência, mesmo a custos mais elevados, a firmas de construção, e fornecedores de bens de capital nacionais. SCHNEIDER (1992; p. 7).

Logo, a privatização parecia o melhor caminho a se seguir, uma vez que repassava ao setor privado a responsabilidade de se produzir, deixando para o governo apenas a função de regulamentar e fiscalizar as empresas privatizadas e o mercado em geral.

Além disso, o processo de privatização abre a possibilidade de novas empresas entrarem no mercado e, conseqüentemente, provocando aumento da concorrência. Com isso os preços tendem a cair, aumenta-se a produção e as

empresas privadas que são mais dinâmicas que as estatais e tendem a utilizar e fomentar o avanço tecnológico.

Tendo em vista que a privatização das empresas estatais poderiam trazer enormes benefícios ao mercado brasileiro e contribuir para o processo de estabilização da economia, o Presidente Collor via o processo de privatização com bons olhos. Ao que parecia, o governo brasileiro estava disposto a realizar de maneira concreta a desejada desestatização da economia, iniciada na década de 1980.

Com o fracasso do Plano Collor I e a inflação crescente no início de 1991, deu-se início ao denominado Plano Collor II, lançado em fevereiro de 1991, ainda encabeçado por Zélia Cardoso de Melo, que segundo Baer (1995),

(...) a estratégia concentrava-se numa reforma financeira limitada que consistia na eliminação do overnight e num ataque à inflação inercial, através de um congelamento de salários e preços e na extinção de várias formas de indexação. (BAER, 1995; p. 201).

Mesmo apresentando resultados positivos a curto prazo, reduzindo a inflação de 21% ao mês em fevereiro para 6% ao mês em maio, havia forte resistência política contra o plano de Zélia Cardoso de Melo, que para Baer, era encarada como centralizadora e autoritária. Uma série de escândalos levaram à substituição de Zélia Cardoso de Melo por Marcílio Marques Moreira no comando da equipe econômica do governo.

Com a ascensão do novo ministro da Fazenda, houve uma mudança na condução da política econômica, segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2004):

No ano de 1991, a política econômica ficou restrita ao controle do fluxo de caixa, obtendo significativas reduções de despesas, principalmente nos gastos com funcionários e com investimento e a política de juros. No final do ano, enviou-se ao congresso uma proposta de reforma fiscal na qual se aprovou somente a indexação dos impostos e lançou um programa antiinflacionário baseado em uma forte restrição ao crédito, recuperação das finanças públicas e manutenção da taxa de câmbio real. (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO Jr., 2004 p. 454-455).

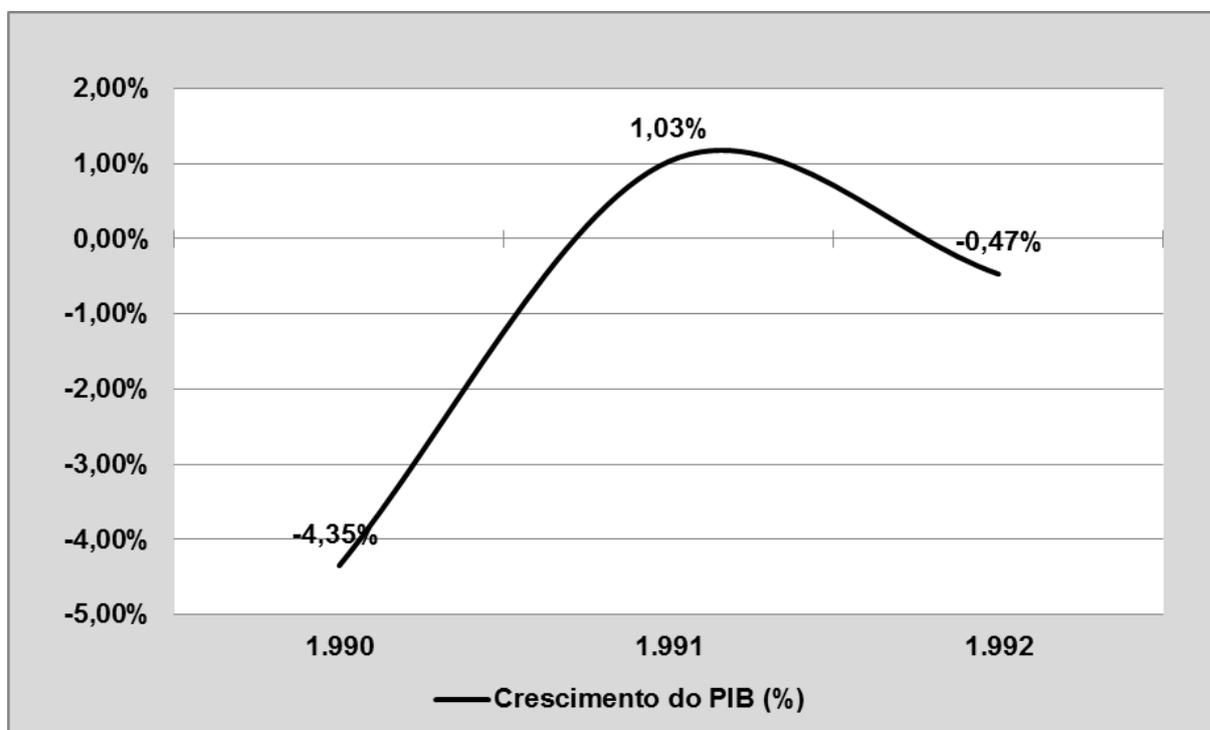
Porém, o resultado do Plano Collor foi negativo. Segundo Baer (1995), ainda que em 1991 a economia tenha conseguido crescer 1%, no ano seguinte os resultados não foram os mesmos. Os juros altos inibiram os investimentos privados e a consequência foi a recessão em 1992, fazendo com que o PIB retrocedesse

0,5% e mesmo com a recessão não houve redução da inflação, o que deixava o presidente Collor cada vez mais desacreditado, tanto para o congresso, quanto para os empresários e isso refletia na popularidade decrescente de Collor.

A insatisfação popular com o governo Collor não parava de crescer. Os fracassos consecutivos com os planos Collor I e II que não conseguiram debelar a inflação; a recessão; o processo de privatização da Usiminas que também foi um fracasso; a economia que não crescia; tudo isso contribuiu para que a credibilidade do governo federal fosse questionada.

O completo insucesso do Governo fica elucidado quando analisamos a taxa de crescimento do PIB durante seu primeiro ano de governo. Em 1990, a economia brasileira apresentou recessão de 4,35%, no ano seguinte houve um pequeno aumento na atividade econômica brasileira, crescimento de 1,03%, porém, em 1992 volta a apresentar quadro recessivo, com crescimento negativo de 0,47%. Podemos analisar o comportamento da variação do PIB no gráfico a seguir:

Figura 3 - Gráfico do crescimento do PIB 1990-1992

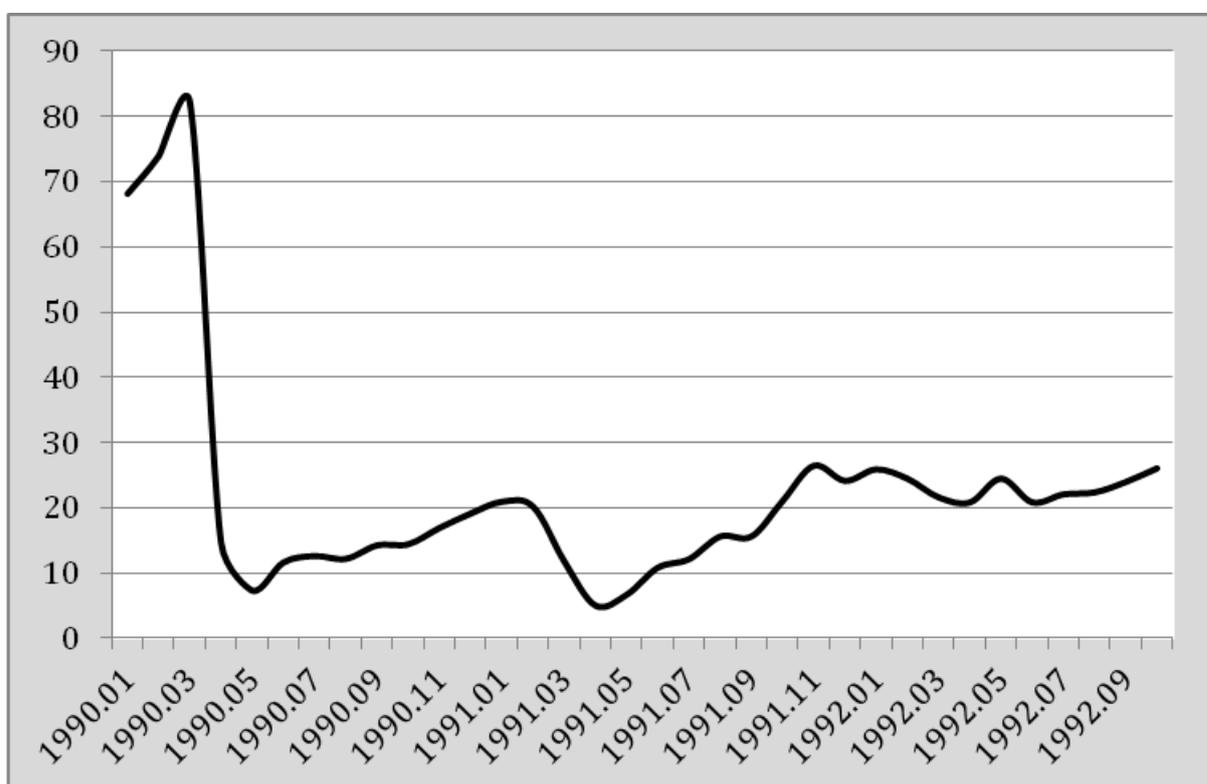


Fonte: IBGE

Elaboração: O Autor.

Também é possível verificar que a política econômica de Collor também fracassou no que tange ao combate à inflação.

Figura 4 - Gráfico taxa de inflação mensal durante o governo Collor 1990-1992



Fonte: IBGE, disponível em www.ipeadata.gov.br, acesso em 07 out. 2014

Elaboração: O Autor.

Tabela 5 - Taxa de Inflação anual no Governo Collor

Ano	1990	1991	1992
INPC/IBGE	279,34%	190,55%	281,19%

Fonte: IBGE, disponível em www.ipeadata.gov.br, acesso em 07 out. 2014

Adaptação: O Autor

Toda essa situação desfavorável ao governo culminou com o surgimento do movimento dos “caras pintadas”, que pedia o impeachment do presidente, que acabou ocorrendo em 02 de outubro de 1992, com a decisão do congresso de cassar o mandato do então presidente por envolvimento no esquema de corrupção de PC Farias, considerando que Collor recebeu vantagem ilícita.

Com o impeachment de Collor, o então vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência com a missão de cumprir o propósito de estabilizar a economia e fazer com que o Brasil voltasse a crescer.

2. PLANO REAL E O GOVERNO FHC

Com o impeachment do Presidente Fernando Collor, em 1992, coube a Itamar Franco, então vice-presidente da República, assumir a presidência em meio ao caos provocado pelo insucesso das políticas adotadas por seu antecessor.

Para Baer (1995):

Quando Itamar Franco assumiu como presidente interino em outubro de 1992, o desempenho econômico não mostrava melhora significativa. A inflação continuou a apresentar uma taxa mensal de 25% nos últimos três meses do ano, subindo para mais de 30% na metade de 1993, embora o PIB tivesse se recuperado ligeiramente no último trimestre de 1992, ele declinou novamente no primeiro trimestre de 1993. Trabalhadores continuavam a ser demitidos, setores contrários à privatização conseguiram que o processo fosse interrompido (embora tenha sido reativado em meados de 1993), e não havia consenso sobre como implementar um ajuste fiscal. (BAER, 1995; p. 205).

Itamar Franco apresentava forte ideal nacionalista, fato este que levou a três trocas de Ministro da Fazenda entre outubro de 1992 e maio de 1993, — Gustavo Krause, Paulo Haddad e Eliseu Rezende ocuparam esse posto — essas constantes trocas ocorriam, pois, o presidente Itamar, dentro de sua visão nacionalista, apresentava relutância quanto a abertura da economia brasileira para o capital estrangeiro. Contrariando o presidente, ministros da fazenda defendiam a abertura econômica e as privatizações, além de existir divergências quanto a política de juros, segundo Souza (2008):

A nação inteira acompanhou as pelejas públicas do Presidente com seus ministros da área econômica em torno da questão da taxa de juros. Enquanto eles insistiam na tese de que ainda teriam que se criar as “condições macroeconômicas” para poder baixar os juros, Itamar propugnava o ponto de vista que havia espaço para baixar imediatamente os juros, além de ser medida necessária para reativar a economia. (SOUZA, 2008; p. 216)

Nesses constantes desentendimentos entre o Presidente Itamar e os Ministros da Fazenda, a posição do presidente sempre se sobrepunha, fazendo com que as trocas de ministros fossem rotineiras.

Além disso Itamar defendia que se fazia necessário o fomento do mercado interno e aumento do gasto do governo para reativar a economia, pois, com a recessão provocada pelos planos Collor I e II, gerou uma enorme capacidade ociosa na economia. Segundo a FGV, a capacidade ociosa média na economia brasileira em 1992 chegou a 28% da capacidade instalada. Com o fomento do

mercado interno, foi possível explorar essa capacidade ociosa da economia, aumentando a produção de bens e a geração de empregos, conseqüentemente aumentando o consumo. Esse crescente aumento no consumo fez com que em 1993 a economia brasileira retomasse o crescimento, apresentando aumento da ordem de 4,9%, além do considerável aumento na produção industrial, que segundo dados do Dieese, após ter recuado 4,2% em 1992, cresceu 7% em 1993.

Em maio de 1993, Itamar Franco nomeou seu quarto Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que logo instaurou um programa de austeridade fiscal denominado Plano de Ação Imediata (PAI). Conforme analisa Baer (1995), o plano previa corte de US\$ 6 bilhões nos gastos do governo federal, além da cobrança junto aos estados, de empréstimos federais da ordem de US\$ 36 bilhões.

A implementação do PAI coincidiu com o período de crescimento da economia. Em 1993 o PIB crescera 4,9%, melhor resultado desde 1986 em decorrência, principalmente, do aumento real dos salários que deu maior poder de consumo à população.

Porém, o aumento do salário significava mais moeda em circulação, com isso, a inflação ainda persistia com taxas percentuais mensais superiores a 30%. Para combater a inflação, Fernando Henrique Cardoso liderou a equipe econômica que criou o plano Real, tido como o plano mais engenhoso de combate à inflação.

Para que a aplicação do plano Real pudesse acontecer de forma satisfatória, FHC dependia de plenos poderes de decisão, o que acabou conseguindo dada a fragilidade de Itamar em conduzir a política econômica brasileira. Com o apoio conseguido por Fernando Henrique no congresso e entre os empresários; numa posição privilegiada, ele tomara as rédeas da política econômica anunciando o Plano Real em dezembro de 1993.

2.1 PLANO REAL

Com a nomeação de Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda em maio de 1993, formando a equipe econômica do governo do Presidente

Itamar Franco, o país passa a ter uma nova fase na condução das políticas econômicas. Observa-se, segundo alguns autores, que o Governo FHC (como presidente) começou quando ele foi nomeado Ministro da Fazenda.

Para Souza (2008),

o governo de Fernando Henrique foi antecipado em um ano e meio. Começou na prática quando foi guindado a ministro da fazenda em junho de 1993. A partir desse posto privilegiado, passou a comandar o essencial da ação do governo brasileiro, retomando o programa do Consenso de Washington, inaugurado no Brasil por Collor. Nesse sentido, é possível afirmar que o Governo de Itamar Franco durou pouco mais de oito meses, isto é, entre outubro de 1992 e junho de 1993. (SOUZA, 2008, p. 215).

Estando em posição privilegiada no governo, Fernando Henrique dispôs de pleno poder de decisão quanto à política econômica brasileira, inclusive em alguns casos, sobrepondo seu ponto de vista ao do presidente Itamar Franco. Essa liberdade de decisão incumbida a FHC, permitiu que ele desse início ao Plano Real. O plano era constituído de três etapas, segundo Figueiras (2000).

O Plano de FHC, entre seu anúncio (7 de dezembro de 1993) e o surgimento da nova moeda (julho de 1994), se constituiu de três partes, que representaram três fases distintas e sucessivas aos longo do tempo: o ajuste fiscal, a criação da Unidade Referencial de Valor (URV) e a instituição da nova moeda (o Real). A compreensão da função econômica de cada uma dessas fases, bem como os momentos de passagem de uma a outra, é fundamental para se entender a lógica interna do conjunto do plano e como ele se articulou com o projeto político-eleitoral conservador. (FIGUEIRAS, 2010, p. 101).

Percebe-se que o Plano Real tratava-se de um pacote de medidas econômicas que visavam em primeiro lugar a estabilização da economia brasileira e em segundo plano a adoção completa dos conceitos elaborados pelo consenso de Washington, ou seja, colocando o Brasil rumo ao neoliberalismo. Mas para a perfeita aplicação do plano e, conseqüentemente, seu sucesso, era necessário a adoção de uma política de continuidade e este foi o carro chefe da exitosa campanha eleitoral de Fernando Henrique Cardoso à presidência da república em 1994.

2.1.1 As etapas do Plano Real

O plano Real, diferentemente dos planos adotados até então, se caracterizou por ser implantado gradativamente, ao contrário dos planos anteriores, que provocavam um choque na ordem econômica. Anunciado em dezembro de

1993, começaria a ser implementado em fevereiro de 1994, e seria concluído apenas em julho de 1994. Esse período de transição permitia criar um campo seguro e estável para a implantação da nova moeda.

E para criar esse campo seguro era necessário que se seguissem três etapas: primeiro seria feito o ajuste fiscal, depois criar-se-ia um indexador único, a Unidade Relativa de Valor (URV), para somente depois se implantar a nova moeda.

- **Ajuste fiscal**

A importância da realização do ajuste fiscal, era de colocar as contas do governo em equilíbrio, organizando as receitas e gastos do governo e promovendo corte de gastos com o objetivo de provocar uma redução drástica do déficit público, segundo Lacerda (2000):

A primeira etapa do Plano Real foi implantada com o Programa de Ação Imediata (PAI), em 14 de junho de 1993, durante a gestão do presidente Itamar Franco. Para que as finanças públicas pudessem ser equilibradas, o governo reconhecia que seria preciso efetuar uma ampla reorganização do setor público e de suas relações com a economia privada. Para tanto, o governo diagnosticava as seguintes necessidades: 1. Redução dos gastos da união e aumento da eficiência no ano de 1993; 2. Recuperação da receita tributária; 3. Equacionamento das dívidas de estados e municípios com a união; 4. Controle mais rígido dos bancos estaduais; 5. Saneamento dos bancos federais; 6. Aperfeiçoamento do programa de privatização, ou seja, redução da participação do governo na economia através da privatização das estatais. (LACERDA, 2000, p. 205-206).

Além da implementação do PAI, foram adotadas outras medidas para conseguir cumprir a primeira etapa. Para aumentar as receitas do governo foi criado o IPMF, Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, segundo Gremaud, Vasconcellos e Tonetto Jr. (2002);

Era um imposto de caráter temporário, sobre movimentações financeiras(...) com alíquota de 0,25% do valor de toda operação. Esse tipo de imposto tem uma série de vantagens: a facilidade de recolhimento, a ampla base tributária (inclusive as atividades informais) e o fato de não ser compartilhado com as outras esferas do governo. (GREMAUD, VASCONCELLOS & TONETTO JR.,2002; p 469).

A terceira medida do ajuste fiscal foi a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), que na visão de Souza (2008):

A medida principal do ajuste fiscal foi a criação do denominado “Fundo Social de Emergencia” (FSE), que abrigaria no primeiro ano um montante de US\$ 15,8 bilhões e seria abastecido por três fontes: 1. Aumento de impostos dos que já pagavam, mediante a incidência de 5% sobre as taxas vigentes dos tributos federais. 2. Desvinculação de 20% das transferências

constitucionais e legais, particularmente das destinadas aos estados, municípios, educação, habitação (20% do então IPMF) e fundos regionais. 3. Destinação de 20% de todas as receitas não vinculadas. (SOUZA, 2008, p. 227).

Ainda segundo o mesmo autor, o Fundo Social de Emergência não tinha nada de social, pois, o verdadeiro objetivo do FSE era liberar recursos para o pagamento das dívidas públicas. Posteriormente o governo federal alterou o nome de Fundo Social de Emergência (FSE) para Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

Percebe-se que todas as medidas enquadradas dentro da política de ajuste fiscal visavam, via de regra, além de reduzir gastos, aumentar a receita do governo e, no que diz respeito ao aumento da receita do governo, a política foi bem sucedida conforme a tabela abaixo:

Tabela 6 - Total das Receitas Federais em 1993.

Mês	Total das Receitas Federais (em Milhões)	Mês	Total das Receitas Federais (em Milhões)
Janeiro	30,5953	Julho	88,5163
Fevereiro	34,6549	Agosto	111,8345
Março	41,584	Setembro	174,5909
Abril	58,1919	Outubro	214,5829
Maio	87,1763	Novembro	338,2822
Junho	71,6691	Dezembro	479,3731

Fonte: IPEA, disponível em www.ipeadata.gov.br, acesso em 06 ago. 2014.

- **Criação da URV**

Seguindo com as etapas determinadas para a implementação do Plano Real, uma vez realizado o ajuste fiscal, o próximo passo seria a instituição da Unidade Relativa de Valor (URV). Alguns autores definiam a URV como um superindexador. Para Figueiras (2000):

A URV, numa primeira consideração, poderia ser vista como apenas mais um índice de inflação, um superindexador, cuja variação em cruzeiros reais era definida a partir de uma “banda” formada por três outros índices, o IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, o IPCA do IBGE, e o IPC da FIPE/USP, inclusive a expectativa inicial do Governo era de que ela viesse, paulatinamente, a substituir todos os outros indexadores existentes. (FIGUEIRAS, 2000, p. 104).

Ainda segundo o mesmo autor, o objetivo principal de se adotar um “superindexador” era que a média desses índices acompanhava a evolução do câmbio. Sendo assim, na visão do autor, o governo pretendia atrelar a URV ao dólar,

criando assim a chamada “âncora cambial” da nova moeda, que seria de fundamental importância na conclusão do plano.

Nota-se que a URV, na sua função de indexador da economia, serviria de base para organizar os preços e seus possíveis aumentos, de certa forma colocando os agentes falando a mesma língua em relação aos reajustes de preços.

Esta reorganização do mercado talvez tenha sido a chave para o sucesso do plano real, uma vez que esse era o principal ponto de diferenciação entre o plano real e outros planos anteriores, pois este não impunha um congelamento de preços, nem de salários; a URV simplesmente os reorganizou de tal forma que quando fosse implementada a nova moeda (Real), a carga inflacionária ficaria retida na URV.

Na visão de Souza (2008) a URV tinha o objetivo de alinhar os preços aos salários e de certa forma garantir a lucratividade das empresas, para que estas conseguissem segurar algum futuro aumento de preço.

A URV funcionaria inicialmente, como indexador, ocupando uma das funções da moeda, a de medida de valor (unidade de conta), em paralelo com a moeda antiga o cruzeiro real, e passaria, depois a assumir as demais funções da moeda (meio de troca, meio de pagamento e reserva de valor) com a denominação de Real. Seu objetivo era cortar o poder de compra dos salários a fim de permitir melhoria na rentabilidade das empresas, como forma de coibir, na etapa seguinte, seu ânimo de remarcação de preços. SOUZA (2008, p.230).

- **Implantação do Real**

Após realizado o ajuste fiscal e a implantação do “superindexador” URV, que realinhou os ajustes de preço na economia brasileira, estava criado o campo para a implantação da nova moeda, o Real, em 1º de julho de 1993, cujo valor de conversão segundo Souza (2008), era de R\$1,00, para CR\$ 2.750,00, que era o valor da URV em 30 de junho de 1993.

Além disso, segundo Bacha (1998, p.21), o *Banco Central comprometeu-se a vender dólares toda vez que seu valor de mercado alcançasse R\$ 1,00, mas não era obrigado a intervir caso esse valor se mantivesse a níveis inferiores.*

Esse processo segundo Souza (2008).

Não se tratava, portanto, de uma paridade fixa. Chegou-se a ser conhecida como “paridade semifixa” ou “política cambial de banda assimétrica”, já que tinha um limite superior, mas não um inferior. Essa decisão denunciava o objetivo antecipado de promover uma política de sobrevalorização do Real (SOUZA, 2008, p. 230).

Com a manutenção da taxa de câmbio valorizada, podemos observar que era claro o objetivo da equipe econômica do governo de facilitar a inserção de produtos importados no mercado interno brasileiro, afim de inibir choques de demanda, além disso, expunha as empresas brasileiras a um cenário totalmente novo, de concorrência plena com os produtos importados, aumentando a concorrência.

Em contrapartida, a sobrevalorização do Real facilitava aos empresários brasileiros a aquisição de novas tecnologias no exterior, o que traria maior modernidade ao parque industrial brasileiro e obrigava os empresários a buscar constantemente inovações que os colocaria em vantagem no agora concorrido mercado brasileiro.

O sucesso imediato do plano Real se deveu ao fato da adoção das denominadas âncoras, monetária e cambial, que segundo Gremaud et. al. (2004), a âncora monetária englobou um conjunto de medidas com finalidade a romper com a capacidade dos agentes de repassarem aumento de custos para os preços.

Ainda segundo o mesmo autor, o governo federal adotou uma política de juros altos, elevação do depósito compulsório para 100%, além de anunciar base monetária restrita a apenas 7,5 bilhões de reais para o segundo trimestre de 1994. Com isso o governo federal conseguiria desestimular processos especulativos, dado a baixa oferta de base monetária e a restrição ao crédito; os empresários não conseguiriam repassar aumento de custos para o preço final e esse processo ficou conhecido como âncora monetária.

Já a âncora cambial, na concepção de Gremaud *al.* (2004), tratou-se do processo de manter a taxa de câmbio sobrevalorizada, utilizando-se das reservas nacionais que alcançavam a casa dos US\$ 40 bilhões, facilitando a entrada de produtos importados, desestimulando as expotações e aumentando a oferta interna de produtos.

O plano Real apresentou sucesso imediato no tocante ao combate à inflação, segundo dados INPC/IBGE:

Tabela 7: Taxas mensais de inflação INPC/IBGE em 1994-1995

Período	INPC/IBGE	Período	INPC/IBGE
Janeiro/1994	41,32	Janeiro/1995	1,44
Fevereiro	40,57	Fevereiro	1,01
Março	43,08	Março	1,62
Abril	42,96	Abril	2,49
Mai	42,73	Mai	2,10
Junho	48,24	Junho	2,18
Julho	7,75	Julho	2,46
Agosto	1,85	Agosto	1,02
Setembro	1,40	Setembro	1,17
Outubro	2,82	Outubro	1,40
Novembro	2,96	Novembro	1,51
Dezembro	1,70	Dezembro	1,65
Acumulado Anual/1994	929,31%	Acumulado Anual/1995	21,98%

Fonte: INPC/IBGE; disponível em http://portaldefinancas.com/inpc_ibge.htm, acesso em 06 ago. 2014.

Com base nos dados apresentados, podemos observar claramente o êxito do plano real em conseguir reduzir a inflação. Fica claro que após a implementação da nova moeda, em julho de 1994, conseguiu trazer a taxa de inflação para 7,75%, em detrimento da taxa apresentada em junho de 48,24% e a taxa, pelo menos no período analisado, não ultrapassou os 3% ao mês.

O sucesso do plano fica ainda mais evidenciado quando se compara o acumulado anual, que em 1994 foi de 929,31%, índice que somente no primeiro semestre de 1994 havia acumulado aumento de 759,15% e terminou o ano de 1995 com aumento de 21,98%, fechando o primeiro semestre de 1995 com taxa de inflação de 11,33%.

Para salientar ainda mais o sucesso do Real, podemos observar que a taxa de inflação continuou estável durante todo o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Tabela 8: Taxa de inflação anual do pós-real 1994-2002

Ano	INPC/IBGE	Ano	INPC/IBGE
1994	929,31	1999	8,43
1995	21,98	2000	5,27
1996	9,11	2001	9,44
1997	4,34	2002	14,74
1998	2,48		

Fonte: INPC/IBGE; disponível em http://portaldefinancas.com/inpc_ibge.htm, acesso em 16 out. 2014.

Pode-se notar que a partir da implementação do Plano Real, a inflação brasileira se estabilizou por um longo período de tempo, excetuando os anos de 1995 e 2002. A inflação no governo FHC, sempre na casa de um dígito, à exceção de 1995, se deve ao fato de que alguns empresários ainda queriam se aproveitar da desconfiança inicial no plano e reajustaram os preços além do valor de mercado. Quanto ao ano de 2002, o racionamento e consequente elevação das tarifas de energia elétrica no primeiro semestre e a superdesvalorização do real no último trimestre, em decorrência da desconfiança do mercado após a eleição de Lula, contribuíram para a anomalia no índice de inflação.

O sucesso do Plano Real em estabilizar o ciclo econômico brasileiro, foi um importante passo para o crescimento da economia brasileira e para a abertura econômica.

O próximo passo para o desenvolvimento da economia brasileira seria a desestatização. Uma vez controlada a inflação, criou-se um campo seguro para se realizar investimentos no Brasil e o governo decidiu tornar o mercado brasileiro mais competitivo, privatizando as empresas estatais que monopolizavam setores estratégicos da economia brasileira. As privatizações seriam o caminho para desenvolvimento tecnológico e aumento da concorrência, que por consequência, garantiam estabilidade de preço e aumento da renda nacional.

2.2 Privatizações e o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Seguindo a política de desestatização proposta pelas diretrizes do Plano Real, realizar-se-ia a privatização das empresas estatais, com vistas a reduzir a participação do estado na economia, criar o livre mercado e aumentar a concorrência e, conseqüentemente, a modernização da indústria e das telecomunicações brasileiras.

Na visão de Paulino et.al. (2010)

A ideia era basicamente promover uma reforma do estado e da ordem econômica visando de um lado, reduzir as despesas públicas de custeio e de investimento e de outro, atrair capitais externos por meio das privatizações e das concessões de serviços públicos, para sustentar a âncora cambial, que dessa forma, seria mantida de um lado, a política monetária, por meio de juros elevados, e, de outro, pela política fiscal, mediante privatizações e concessões de serviços públicos ao capital estrangeiro. Quanto mais capital externo fosse atraído, na forma de investimento de risco por meio de privatizações, menos capital de empréstimo seria necessário para sustentar um nível confortável de reservas cambiais para garantir a paridade fixa entre o real e o dólar. (PAULINO, 2010. P. 300).

Portanto, deduz-se que o programa de privatizações não tratava apenas de uma política de redução da participação do estado na economia e promover a livre concorrência, mas apresentava-se também como uma medida de fundamental importância para a manutenção das reservas brasileiras que foram sacrificadas para controlar a inflação.

Tabela 9 - Investimentos externos no Brasil durante o Governo FHC (1995-2002, em US\$ mi)

Ano	US\$ milhões	Ano	US\$ milhões
1995	6.807,913	1999	36.967,780
1996	13.605,818	2000	41.243,082
1997	22.280,057	2001	35.123,193
1998	35.153,325		

Fonte: Banco Central do Brasil, disponível em www.ipeadata.gov.br, acesso em 08 out. 2014

Percebe-se que com a implementação das privatizações, a entrada de recursos externos para fins de investimento cresceu 99% do ano de 1995 para 1996

e continuou crescente até o ano 2000. E mesmo com as sucessivas quedas na entrada de investimento estrangeiro, nos anos 2001 e 2002 durante o governo FHC, a entrada destes investimentos mais que quadruplicou.

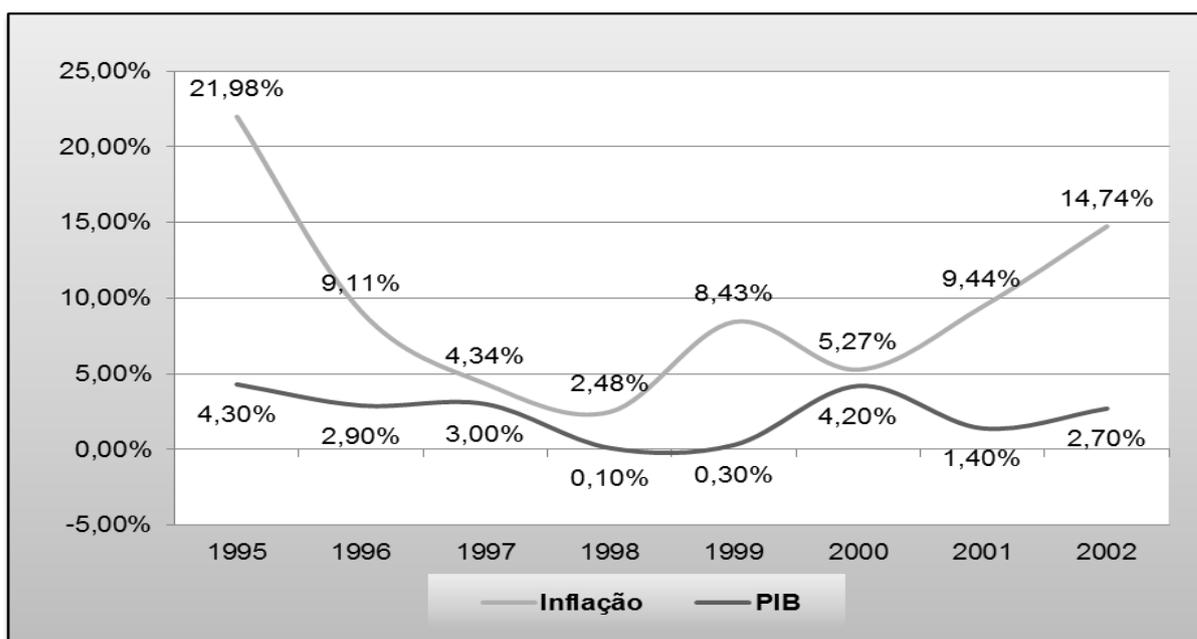
O aumento desses investimentos externos trouxe consigo aumento da entrada de dólares; essas novas entradas de moedas estrangeiras amenizaram o impacto que a adoção da âncora cambial trazia para as reservas internacionais brasileiras. Sobre essa entrada de investimento externo no Brasil, durante a década de 90, Gonçalves (1999), afirma que:

A fragilidade das contas externas do país — marcadas pelo déficit estrutural crônico — estaria sendo sustentada por uma “muleta mais robusta”, com mudanças nas formas de financiamento e endividamento externo. Isto é, déficits em transações correntes da ordem de 4% do PIB estariam sendo financiados com recursos de mais longo prazo. (GONÇALVES, 1999, p. 249).

De acordo com a visão desse autor, o modelo de captação de divisas internacionais durante a década de 90 era representado por investimentos diretos na produção de bens, que garantiriam a expansão do PIB ou empréstimos de longo prazo que aumentariam a rolagem da dívida externa do governo, gerando um sufoco nas contas do governo.

Com o crescimento do investimento externo no Brasil, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o PIB brasileiro apresentou sucessivas altas, ainda que em meio a uma conjuntura internacional desfavorável, como demonstra o gráfico abaixo:

Figura 5 - Gráfico do crescimento do PIB brasileiro e do comportamento da inflação (INPC/IBGE), entre 1995-2002.



Fonte: IBGE

Elaboração: O Autor.

Observa-se que na segunda metade da década de 90 e primeiro triênio da década de 2000, a economia brasileira sempre apresentou crescimento positivo, a uma taxa média de 2,36% ao ano, ainda que nos anos de 1998 e 1999 o desempenho tenha sido fraco, não houve recessão; durante esse período podemos destacar os anos de 1995 e 2000 que apresentaram taxa de crescimento superior a 4% ao ano.

É notório que o controle da inflação e a estabilidade monetária constituíram outros fatores determinantes para o crescimento do PIB brasileiro. Segundo Bresser-Pereira (2002)

A abertura econômica, a consolidação da estabilidade de preços e os avanços alcançados na área fiscal nos anos mais recentes credenciam o país a entrar numa nova fase, em que o eixo da ação governamental deverá ser deslocado para a construção de condições econômicas e institucionais internas efetivas, que permitam um crescimento sustentado do Brasil. A estabilidade monetária alcançada pelo governo Fernando Henrique Cardoso será a fundação que deverá sustentar a nova fase de desenvolvimento brasileiro. (BRESSER-PEREIRA, 2002. P. 146)

O Plano Real foi eficaz no combate a inflação desde sua aplicação em 1994, como demonstra na figura 5. O grande problema do Plano Real é que a âncora cambial feita a partir da paridade do real com o dólar, fez aumentar a dívida externa. Ainda que as remessas de dólares adquiridas por meio das privatizações

trouxessem um alento às reservas internacionais, elas não foram suficientes para cobrir todo custo da âncora cambial, fazendo com que o governo recorresse a empréstimos estrangeiros, disparando a dívida externa.

Tabela 10 - Dívida externa (Em Bilhões de US\$)

Ano	Dívida externa (em Bi US\$)	Ano	Dívida externa (em Bi US\$)
1994	148.295	1999	241.644
1995	159.256	2000	236.156
1996	179.935	2001	226.067
1997	199.998	2002	227.689
1998	174.286		

Fonte: Ipea, apud. Pires, Marcos Cordeiro coord.; **Economia Brasileira; da colônia ao governo Lula**, Saraiva, São Paulo, 2010.

Segundo Paulino (2010):

Entre 1994 e 2002, a dívida externa brasileira saltou de 148,3 bilhões de dólares para 227,7 bilhões de dólares, um aumento de 53,5%. Esse movimento esteve associado à recorrente necessidade de obtenção de financiamentos externos para cobrir o déficit da balança comercial e de transações correntes que durante todo o período se mantiveram deficitárias. (...) Deveu-se também, à necessidade de manter um nível elevado de reservas para dar sustentação à âncora cambial na primeira fase do plano. (PAULINO, 2010 P. 304; 306)

Além disso, a situação conjuntural do segundo mandato de FHC fora terrível, com sucessivas crises internacionais (México em 1995, a crise dos tigres asiáticos entre 1997 e 1998, e a crise da Rússia em 1998), além da questão da infraestrutura interna que culminou com o racionamento de energia elétrica em 2001 e acabou diminuindo a popularidade do PSDB.

Outro fator que complicou a situação tucana foi a taxa de desemprego, que segundo dados da Seade, permaneceu constantemente acima dos 12%. Esses problemas foram massivamente utilizados na campanha do principal candidato de oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, contra o da situação, José Serra.

Segundo Paulino (2010):

A eleição de Lula em 2002, deveu-se, assim, em grande parte, ao desencanto da população com os resultados da política econômica neoliberal implementada ao longo do período anterior, cujo resultado mais evidente foram as baixas taxas de crescimento e o elevado desemprego. E para piorar as coisas, ocorreu, em 2001, a crise do abastecimento de energia elétrica, o chamado "Apagão", causado, por um lado, pelo processo

de privatização do setor elétrico no Governo FHC e, de outro, por condições climáticas adversas naquele ano (PAULINO, 2010, P. 314).

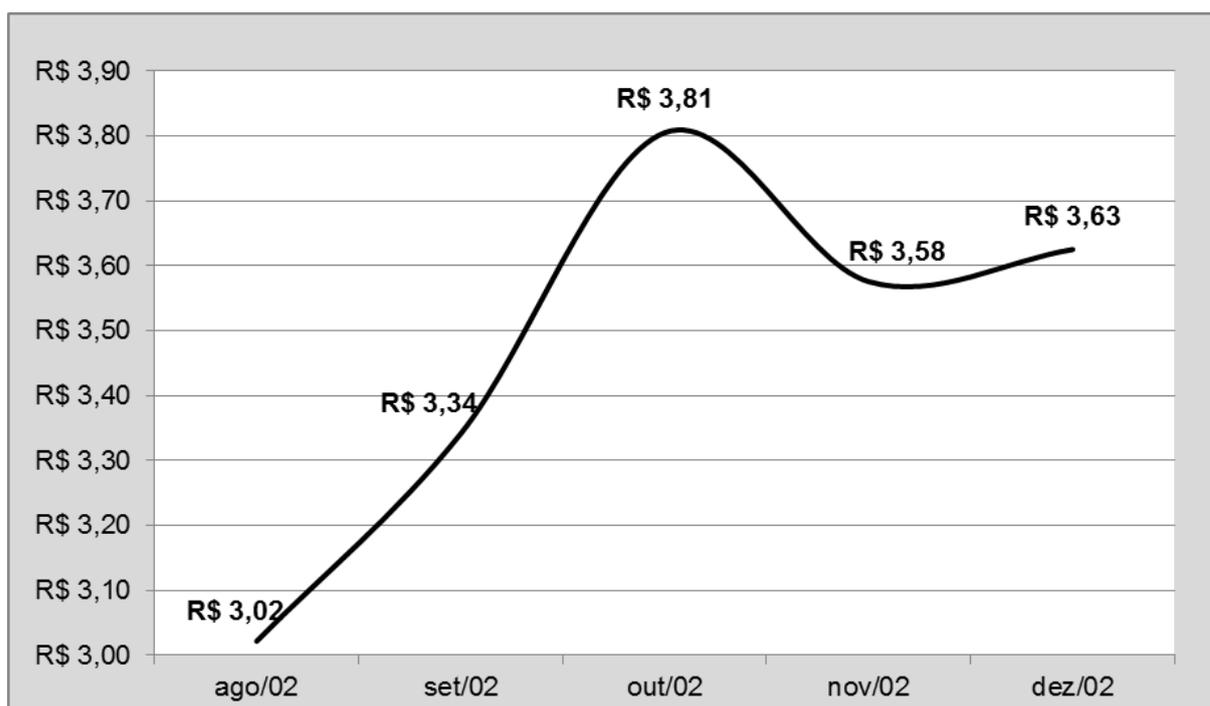
Serra tentou se desvincular da política monetária adotada por FHC e buscou aclamação popular por meio dos avanços que ele conseguiu fazer na saúde, enquanto Ministro. Entretanto, o apelo de Lula para a geração de 10 milhões de empregos foi preponderante para a vitória da oposição nas eleições de 2002. Lula, que sempre fizera discurso de ruptura, cedeu às pressões de dentro de seu partido e buscou dar continuidade à política de FHC no que diz respeito à condução da política econômica, porém prometia acelerar o desenvolvimento social do país com a melhoria da distribuição da renda, intensificando os programas de transferência de renda criados durante a administração de FHC.

Ainda segundo Paulino (2010):

O sentimento generalizado era de necessidade de mudança, o país clamava pela volta do crescimento do emprego, enfim, do dinamismo econômico que fora sacrificado no altar da estabilidade monetária. O candidato do partido do governo José Serra, tentou incorporar esse sentimento em seu discurso de campanha, e procurou, em certa medida, dissociar-se da política macroeconômica do governo que findava, da qual, em boa parte do tempo, fora crítico. A herança de oito anos de obsessiva busca da estabilidade monetária, entretanto era pesada demais. Venceu o candidato do PT, partido dos trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, que, durante os dois mandatos de FHC, liderara o movimento de oposição, não propriamente ao Plano Real, mas as suas consequências negativas, particularmente o baixo crescimento e o desemprego crescente. (PAULINO, 2010 P. 309)

No último trimestre de 2002 ainda houve tempo para mais distúrbios; a desconfiança dos investidores estrangeiros com relação ao presidente eleito em outubro, fez com que a taxa de câmbio disparasse, conforme mostra o gráfico abaixo:

Figura 6 - Taxa de câmbio, dólar comercial compra - setembro a dezembro de 2002

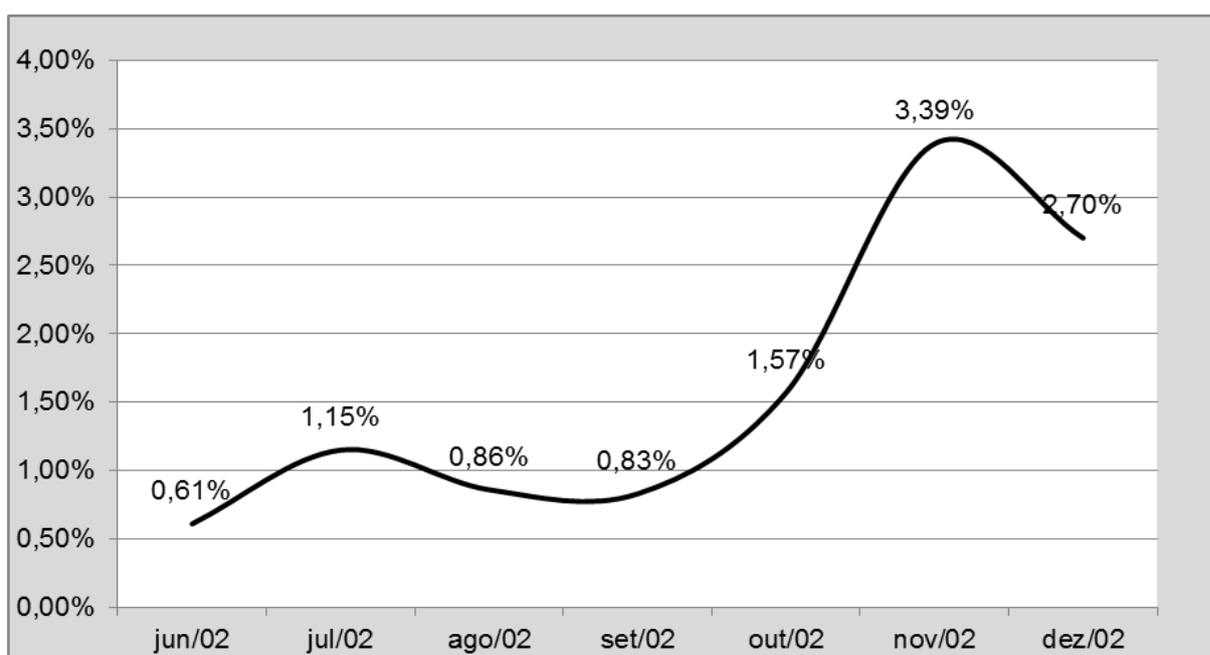


Fonte: Banco Central do Brasil, disponível em www.ipeadata.gov.br, acesso em 08 out. 2014

Elaboração: O Autor

Com a elevação da taxa de câmbio, houve impacto imediato na inflação mensal do período:

Figura 7: Inflação mensal segundo semestre de 2002 INPC/IBGE



Fonte: IBGE, disponível em www.ipeadata.gov.br, acesso em 07 out. 2014

Elaboração: O Autor

Pode-se notar que a taxa mensal de inflação em 2002, em média era inferior a 1% até o período das eleições; quando Lula foi eleito a desconfiança dos agente estrangeiros fez com que houvesse uma massiva fuga de divisas estrangeiras no Brasil, pressionando o câmbio, conseqüentemente aumentando a inflação, levando o INPC a atingir 3,39% somente no mês de novembro; com isso a inflação no ano de 2002 ficou em 13,88%, o maior índice de inflação desde 1996.

Portanto, pode-se perceber que o período de governo de Fernando Henrique Cardoso não fora nada fácil; a conjuntura interna e externa eram completamente desfavoráveis, mas ainda assim podemos fazer um balanço positivo dos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso, ainda que algumas questões como o aumento da dívida externa, redução do desemprego e distribuição de renda não foram resolvidos durante sua administração.

Porém, em contrapartida, a estabilidade da inflação, retomada do crescimento — ainda que tímido — da economia brasileira em meio a um cenário de crise internacional, o aumento da credibilidade do mercado brasileiro e a modernização do parque industrial – consequência da abertura econômica que expôs as empresas brasileiras a um novo regime de concorrência – e a estabilidade monetária, fizeram com que o novo presidente assumisse a nação em posição relativamente confortável, incumbido somente de continuar o bom trabalho feito por Fernando Henrique Cardoso e sua equipe.

3. GOVERNO LULA 2003-2010

De acordo com a biblioteca virtual da Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva é um ex-metalúrgico que tornou-se líder sindical em 1975. Desde então ascendeu como umas das principais lideranças da luta das classes de trabalhadores do Brasil. Participou da criação do PT, Partido dos Trabalhadores, em 1980. Foi eleito deputado federal em 1986 e foi candidato a presidente em 1989, sendo derrotado por Fernando Collor; em 1994 e 1998 foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso.

Conseguiu ser eleito presidente da República em 2002, derrotando o candidato José Serra, do PSDB, então candidato da situação. Tomou posse em 1º de janeiro de 2003, e durante seu governo buscou melhorias na distribuição de renda e outros avanços sociais.

No campo da economia, Lula, que nas outras três eleições criticava duramente o modelo neoliberalista, mudou o discurso para as eleições de 2002, se apresentando como um candidato maleável e conciliador, que segundo Paulino (2010):

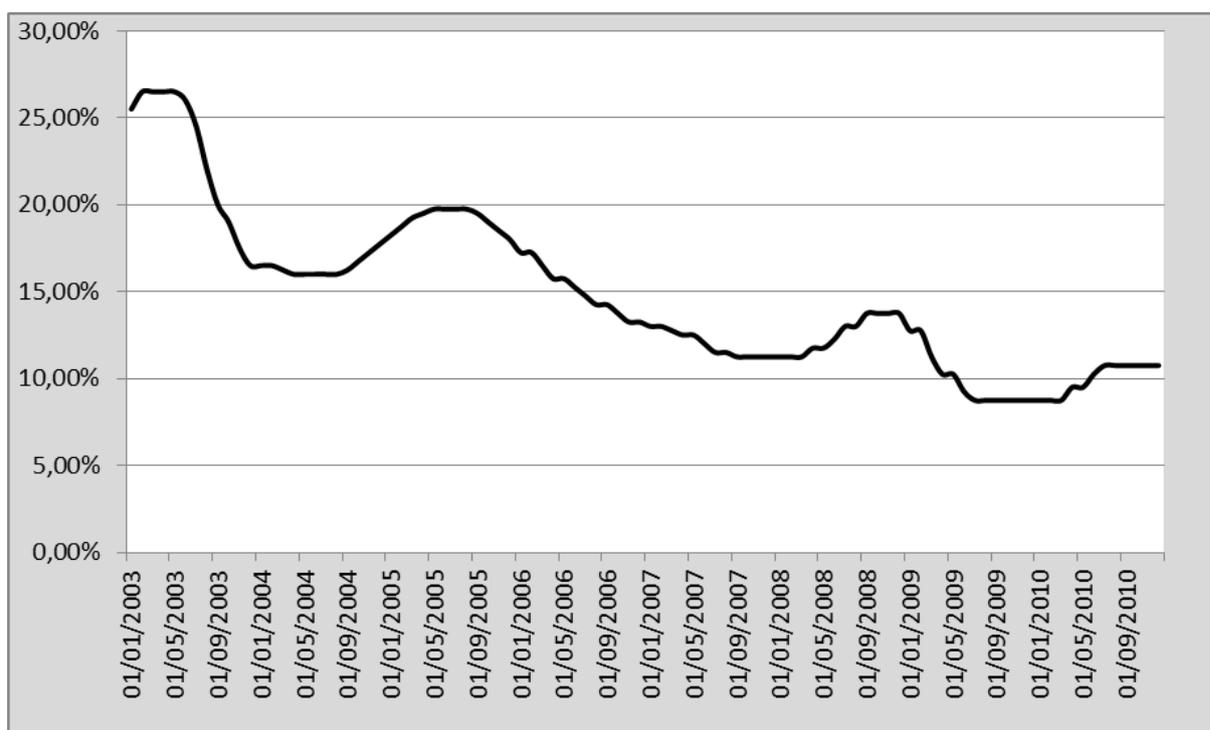
Na campanha de 2002, quando finalmente se saiu vitorioso, Lula mudou a estratégia. Em vez de se apresentar como um candidato de oposição radical ao modelo econômico e político então vigente, apresentou-se como um candidato de conciliação. Transmitiu para o eleitorado em geral, para a classe média e o empresariado em particular, a ideia de que não faria mudanças radicais que pudessem desestabilizar as relações reais de poder existentes na sociedade e, particularmente, a estabilidade monetária, tida como uma espécie de herança do governo anterior, a ser preservada a qualquer custo. O marco dessa mudança foi a “Carta aos Brasileiros”, divulgada em junho de 2002, por meio da qual se compromete, caso eleito, a respeitar os contratos nacionais e internacionais assumidos pelo governo anterior. (PAULINO, 2010 P. 314).

Lula cumpriu o que havia prometido na “Carta aos Brasileiros”, contrariando os setores e partidos de esquerda que lhe garantiram apoio nas votações anteriores. Esses partidos, como PC do B, PRB e algumas classes sindicais, o consideraram como um traidor, pois, não promoveu as mudanças que prometera nas eleições de 1989, 1994 e 1998.

A equipe econômica de Lula, para o primeiro mandato, foi composta por Henrique Meirelles como presidente do Banco Central, Antonio Palocci como ministro da Fazenda e José Dirceu como ministro chefe da Casa Civil. O novo presidente adotou políticas parecidas com as adotadas por Fernando Henrique, buscando combater a inflação; fixava uma meta de inflação com determinado grau de tolerância para mais ou para menos e como na ocasião o Brasil estava desprovido de reservas internacionais, não havia possibilidade para adoção de política cambial.

Sendo assim, o governo foi obrigado a atuar somente com políticas monetárias para combater a inflação; com isso a taxa básica de juros (SELIC) seria o principal instrumento de política econômica para combater a inflação. Por conta disso, podemos observar as oscilações da taxa de juros durante o governo Lula.

Figura 8 - Evolução mensal da taxa de juros Selic de 2003-2010



Fonte: Banco Central do Brasil, disponível em www.bcb.gov.br, acesso em 07 out. 2014

Elaboração: O Autor

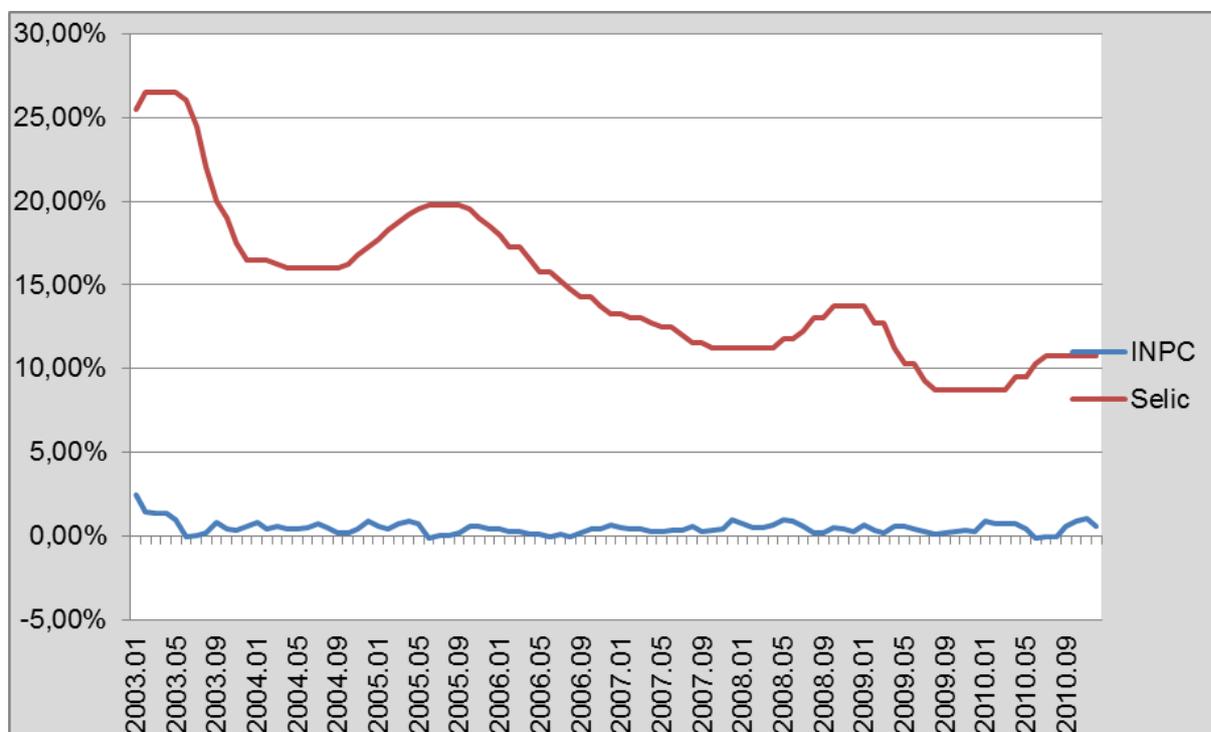
Percebe-se que a taxa Selic durante o governo Lula teve tendência de queda. Quando tomou posse, a taxa referencial estava próxima a 25% a.a., porém, quando deixou o governo em 2010, a Selic estava próxima dos 11%. A Selic média

segundo o Bacen, foi de 14,88%, muito inferior à média do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, que foi de 23,4%. De acordo com Pires (2010):

A média mais baixa do governo Lula, entretanto, deveu-se menos a mudanças na orientação macroeconômica e mais às condições internacionais da elevada oferta de dólares em busca de maior rentabilidade devido às baixas taxas de juros nos Estados Unidos. (PIRES, 2010. P.321).

Fica claro a adoção massiva e o resultado das políticas monetárias adotadas por Lula, quando comparamos o comportamento da taxa Selic e do índice de inflação.

Figura 9 - Gráfico comparativo: Taxa Selic mensal x INPC mensal



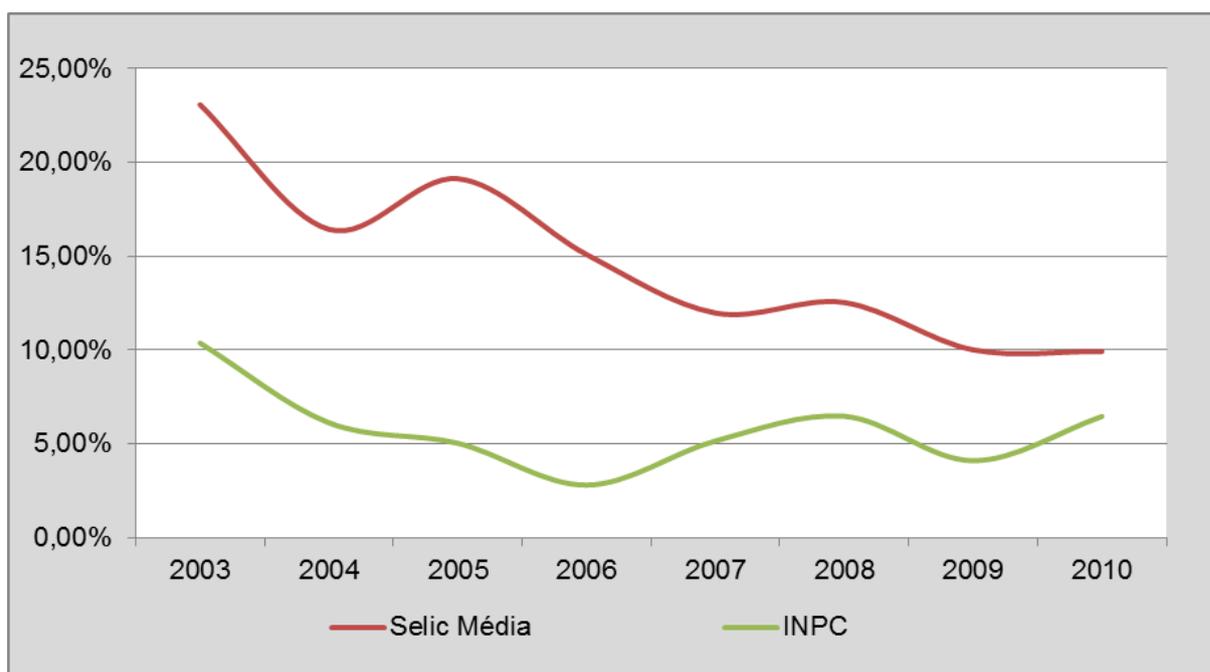
Fonte: Banco Central do Brasil, disponível em www.bcb.gov.br, acesso em 07 out. 2014 e IBGE, disponível em www.ibge.gov.br, acesso em 07 out. 2014.

Elaboração: O Autor

Fica claro que quando começava a surgir algum surto de inflação, o governo federal agia rapidamente elevando a taxa de juros — ou seja, inibindo o consumo — buscando debelar a inflação através da redução de meio circulante.

Posta a casa em ordem através do controle da inflação, da estabilidade monetária e com as contas nacionais equilibradas por conta do ajuste fiscal e da lei de responsabilidade fiscal, conquistas importantes que Lula herdou de Fernando Henrique Cardoso, estava pronto o arcabouço para a economia brasileira crescer.

Figura 10 - Gráfico comparativo: Taxa Selic média anual x INPC anual



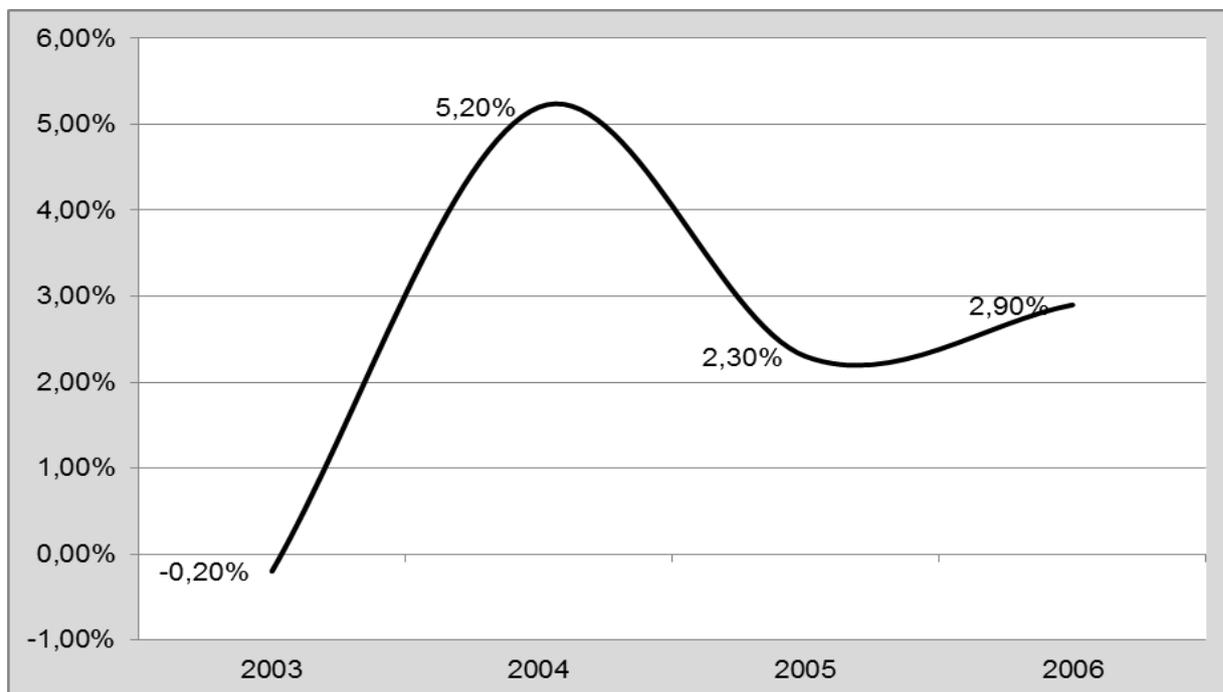
Fonte: Banco Central do Brasil, disponível em www.bcb.gov.br, acesso em 07 out. 2014 e IBGE, disponível em www.ibge.gov.br, acesso em 07 out 2014.

Elaboração: O Autor

Além da estabilidade interna, em seu primeiro mandato Lula ainda contou com uma conjuntura internacional extremamente favorável. Com o ótimo desempenho da China e dos Estados Unidos, possibilitou que a economia brasileira crescesse a uma taxa significativa durante todo primeiro mandato de Lula.

De acordo com o gráfico abaixo, pode-se destacar o crescimento do PIB do ano de 2004, acima da casa dos 5%, fato que não ocorria desde 1986 e dado que durante toda a década de 90 a economia brasileira não apresentou nenhuma taxa de crescimento superior a 5%; o desempenho de 2004 fez com que a popularidade de Lula crescesse, uma vez que não havia promovido nenhum grande choque na economia e ainda retomava o crescimento.

Figura 11 - Gráfico do Crescimento do PIB brasileiro entre 2003 e 2006:



Fonte: IBGE: disponível em www.ipeadata.gov.br, acesso em 07 out. 2014

Elaboração: O Autor

Além de promover o crescimento da economia, Lula buscava o desenvolvimento social do país e diminuindo a desigualdade de renda por meio de programas de transferência direta de renda do governo. Dentro desses programas destaca-se o Bolsa Família que segundo Lula na mensagem do presidente ao congresso do ano de 2010:

O programa Bolsa Família visa contribuir para a superação da pobreza no Brasil por meio de três eixos de atuação: transferência direta de renda, a fim de promover melhorias imediatas nas condições de vida das famílias; reforço do direito de acesso das famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper o ciclo de pobreza entre gerações; e integração com outras ações e programas de governo e da sociedade civil, viabilizando o desenvolvimento das famílias mais vulneráveis. SILVA (2010. P.135)

Sendo assim, o bolsa família visava a melhor distribuição de renda no Brasil, inclusão social e cumprir com a principal política de Lula, a erradicação da pobreza extrema no Brasil.

No que tange à distribuição de renda, a melhora fica evidenciada quando analisa-se o índice de GINI, que mede a desigualdade de renda; o índice varia entre 0 e 1 e quanto mais próximo de 0, melhor é a distribuição de renda no país.

Tabela 11 - Índice de GINI⁴ no Brasil entre 2002 e 2009

Ano	Índice de GINI	Ano	Índice de GINI
2002	0,589287	2006	0,562974
2003	0,583019	2007	0,555952
2004	0,572459	2008	0,546182
2005	0,569526	2009	0,542581

Fonte: IBGE: disponível em www.ipeadata.gov.br, acesso em 07 out. 2014

Elaboração: O Autor

Com a retomada do crescimento da economia e com a inflação sob controle, a popularidade do presidente Lula estava alta; ele havia conquistado a confiança do setor financeiro e dos grandes empresários. Na área social, a política de distribuição de renda adotada por Lula, fez com que sua popularidade crescesse exorbitantemente entre as classes mais desfavorecidas da sociedade.

Na corrida presidencial de 2006, o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin do PSDB, o principal candidato da oposição, tentou em sua campanha expor o escândalo do “mensalão”, denunciado pelo Deputado Federal Roberto Jefferson do PDT em 2005.

O mensalão foi um esquema de corrupção, denunciado por Roberto Jefferson — presidente do PDT e homem forte nos Correios — à revista Veja em 2005. Consistia de um esquema de pagamento de uma mesada para que parlamentares votassem a favor de projetos de interesse do poder executivo.

Esse escândalo provocou um grande choque na condução da economia brasileira, uma vez que derrubou de uma só vez o Ministro da Fazenda Antonio Palocci e o Ministro Chefe da Casa Civil José Dirceu, que foram substituídos por Guido Mantega na Fazenda e por Dilma Rousseff na Casa Civil.

⁴ De acordo com o IPEA, o Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. Disponível em http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view.

Nem mesmo um escândalo de corrupção de tamanha magnitude foi capaz de abalar a credibilidade e a imagem de Lula, que se reelegeu com 60% dos votos no segundo turno contra Alckmin em 2006; assim, Lula teria mais quatro anos como Presidente da República para seguir sua proposta de erradicação da pobreza e outras melhorias sociais no Brasil.

3.1 SEGUNDO MANDATO DE LULA (2007 – 2010), PAC E CRISE ECONÔMICA DE 2008-2009

O segundo mandato de Lula começou com a economia brasileira crescendo 5,4%, desempenho excelente, alavancado pelo crescimento das principais economias do mundo. Segundo Paulino (2010):

O elevado crescimento da economia mundial e da demanda por commodities mineiras e agrícolas não só contribuiu para o melhor desempenho da economia brasileira, cuja taxa de crescimento médio anual foi de 3,8% entre 2003 e 2007, já no governo Lula, como aumentou de forma expressiva as exportações brasileiras de 73 bilhões de dólares em 2003 para 160,6 bilhões de dólares em 2007, gerando assim saldos comerciais positivos e crescentes. PAULINO (2010. P.324)

Os saldos positivos associados às entradas de capitais, atraídos pelas elevadas taxas de juros, proporcionaram uma expressiva elevação no nível de reservas internacionais conforme indica a tabela abaixo:

Tabela 12 - Reservas Internacionais brasileiras durante o governo Lula (2003 – 2010)

Ano	Reservas Internacionais (em Mi US\$)	Ano	Reservas Internacionais (em Mi US\$)
2003	49.296,20	2007	180.333,61
2004	52.934,84	2008	206.806,05
2005	53.799,29	2009	239.054,11
2006	85.838,86	2010	288.574,60

Fonte: BCB: disponível em www.ipeadata.gov.br, acesso em 07 out. 2014

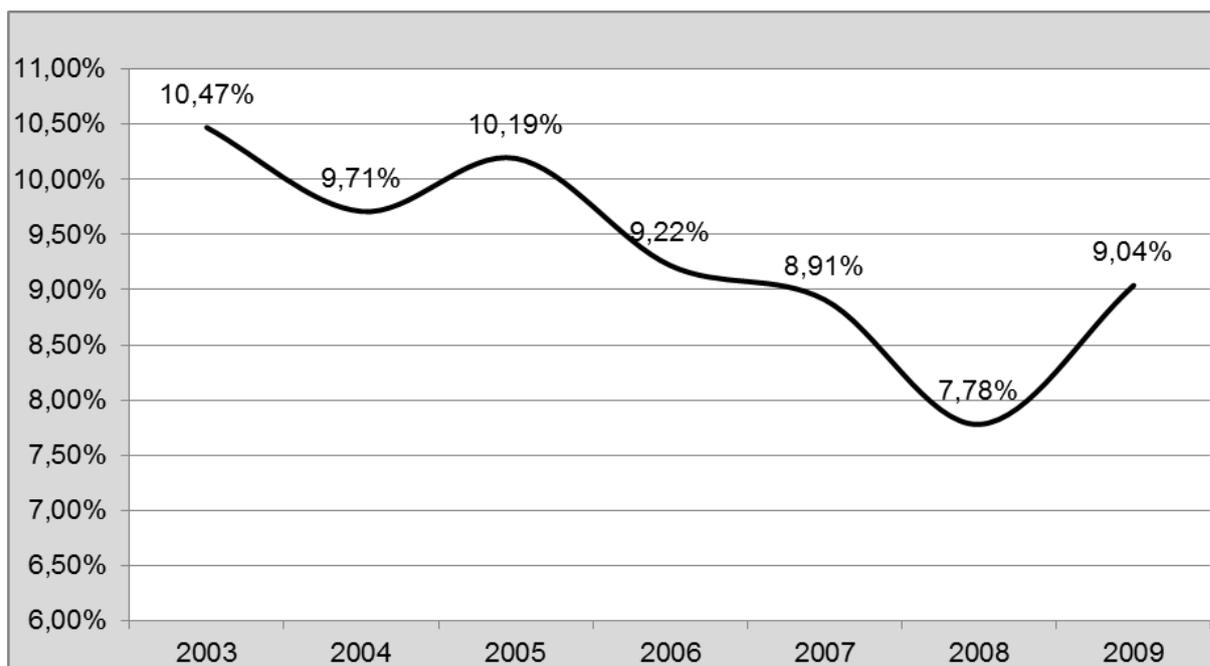
Elaboração: O Autor

Além de promover o crescimento da economia, a taxa de desemprego também apresentou queda durante o governo Lula.

Percebe-se também que a política de criação de empregos, associada ao crescimento da economia, fez com que a taxa de desemprego reduzisse

gradativamente durante a administração de Lula, atingindo a menor taxa de desemprego em 2008, 7,78%; a taxa média foi de 9,33%, resultado muito satisfatório, uma vez que quando Lula assumiu a presidência a taxa de desemprego era superior a 10%.

Figura 12 - Gráfico da taxa de desemprego no Brasil entre 2003 e 2009



Fonte: IBGE: disponível em www.ipeadata.gov.br, acesso em 07 out. 2014

Elaboração: O Autor

3.1.1 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O Programa de aceleração do crescimento (PAC) é um plano de desenvolvimento econômico, lançado em 2007 pelo Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, pelo Ministro da Fazenda Guido Mantega e pela Ministra do Planejamento Miriam Belchior.

Segundo o Ministério da Fazenda, o plano tinha por objetivo aumentar o ritmo de crescimento da economia brasileira, aumento do nível de emprego e outras melhorias na condição de vida da população brasileira, através do incentivo ao investimento privado, aumento do investimento público em infraestrutura e remover obstáculos (burocráticos, normativos, jurídicos, administrativos e legislativos) ao crescimento econômico.

As principais medidas do programa seriam: 1) Investimentos em infraestrutura, 2) estímulo ao crédito e financiamento, 3) melhora do ambiente de investimento, 4) desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário, 5) medidas fiscais de longo prazo.

No que tange à infraestrutura, o programa previa investimentos da ordem de R\$ 503,9 bilhões em infraestrutura entre 2007 e 2010, com o objetivo de reduzir os gargalos que poderiam atrapalhar o crescimento da economia, isso engloba construção, reforma e revitalização de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos.

Na área dos estímulos ao crédito e financiamento, o programa previa que era essencial o desenvolvimento do mercado de crédito. Para o êxito do programa, para isso o governo federal tomaria uma série de medidas para aumentar o volume de crédito, especialmente o habitacional e os créditos de longo prazo destinados a investimentos em infraestrutura.

Dentre essas medidas destaca-se a concessão de R\$ 5,2 bilhões à Caixa Econômica Federal, para aplicação em saneamento e habitação, criação de um fundo de investimentos com recursos do FGTS da ordem de R\$ 5 bilhões, a ampliação dos limites de crédito do setor público para investimentos em saneamento ambiental e habitação, redução do spread do BNDES por meio da TJLP⁵ (taxa de juros de longo prazo) de 9,75% a.a. em 2005, para 6,5% a.a. em 2007.

A melhoria no ambiente de investimento proveria do aperfeiçoamento do marco regulatório e do sistema de defesa da concorrência, e outras medidas que facilitassem a implementação de investimentos em infraestrutura.

O aperfeiçoamento do sistema tributário engloba medidas de desoneração do investimento, sobretudo em infraestrutura e construção civil, para incentivar o aumento do investimento privado. Dentre essas medidas cabe destacar a recuperação dos créditos de PIS/COFINS em edificações, suspensão da cobrança

⁵ De acordo com o site oficial do Banco Nacional do Desenvolvimento, a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP foi instituída pela Medida Provisória nº 684, de 31.10.94, publicada no Diário Oficial da União em 03/11/94, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES. http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Ferramentas_e_Normas/Custos_Financeiros/Taxa_de_Juros_de_Longo_Prazo_TJLP/

de PIS/COFINS para novos projetos, isenção de IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física) sobre investimentos em infraestrutura, a promulgação da lei geral da micro e pequenas empresas, reajuste da tabela de IRPF e a busca pela reforma tributária.

As medidas fiscais de longo prazo envolvem controle das despesas de pessoal para cada um dos poderes da união, política de valorização do salário mínimo a longo prazo e melhorias na previdência social e agilização de processos licitatórios.

O resultado do PAC já pode ser observado no ano de 2007. Segundo dados do IBGE, a economia brasileira cresceu 5,2% no ano de 2007, a taxa de investimento em proporção do PIB saltou de 15,8% em 2006 para 17,5% em 2007 e ao final do terceiro trimestre de 2008 estava em 20,6% do PIB.

Entretanto, em outubro de 2008 eclodiu a crise americana que refletiu no desempenho da economia brasileira no último trimestre, fazendo com que a taxa de investimento em proporção do PIB caísse para 18,72% no último trimestre de 2008, mas o resultado do PIB em 2008 ainda obteve crescimento significativo de 5,2%.

A crise econômica mundial reduziu a demanda pelas exportações brasileiras, especialmente por minerais, consequência da desaceleração da produção industrial nas principais potências. A crise de 2008 foi o primeiro grande choque internacional encarado pelo presidente Lula. A falta de recursos externos, redução das exportações e retração da produção industrial esfriaram o ritmo de crescimento decorrente da implementação do PAC.

3.1.2 Crise Econômica de 2008

A crise econômica de 2008, eclodiu no dia 15 de setembro de 2008, com o pedido de falência do Lehman Brothers, um dos principais bancos de investimento dos Estados Unidos, até então o quarto maior banco do mundo, que seria adquirido pelo banco britânico Barclays e pelo American International Group (AIG), uma das principais seguradoras do mundo. A falência dessas duas grandes

instituições provocou uma reação em cadeia, provocando enormes prejuízos e falências de diversas instituições financeiras mundo afora.

A crise seria causada pelos denominados títulos subprime. Para Paula Cleto (2007):

o mercado de hipotecas subprime está na origem da crise financeira. Esse setor começou a sofrer com a inadimplência dos mutuários - que têm fraco perfil de crédito. Os calotes deterioraram também a qualidade de títulos cujas garantias eram essas hipotecas. Como esses papéis pagavam juros altos, foram comprados por instituições financeiras de peso e fundos de hedge no mundo todo. (PAULA CLETO - Crise das hipotecas atingirá EUA, mas afetará menos economia global - Valor Online - 13/09/2007, disponível em <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rdugr/article/viewFile/880/570>, acesso em 10/10/2014).

As enormes perdas que as mais poderosas instituições financeiras do mundo sofreram, refletiram no mercado de ações; as bolsas valores do mundo inteiro despencaram em decorrência da desconfiança dos investidores. No Brasil não foi diferente, o índice Ibovespa despencou a partir de setembro de 2008.

Figura 13 - Gráfico do Índice Ibovespa 2007 à 2014



Fonte: <http://br.advfn.com/bolsa-de-valores/bovespa/ibovespa-IBOV/grafico#> data do acesso 16 out. 2014

Pode-se perceber a brusca queda do Ibovespa em 2008, provocada pela redução do valor das ações de empresas brasileiras, já que seus lucros dependem diretamente do mercado externo como Votorantin, Weg, Sadia, Aracruz Celulose (Atualmente Fibria Celulose) e Companhia Vale do Rio Doce.

O resultado negativo foi como uma epidemia mundo afora. As principais bolsas de valores do planeta apresentaram grandes quedas em 2008 e

2009. O reflexo das perdas e da falta de investimentos pode ser visto pelo desempenho do PIB das principais economias do planeta.

Tabela 13 - Taxa de crescimento das principais economias do mundo e da União Europeia em 2008 e 2009 .

País	2008	2009
União Europeia	0,80%	-4,00%
França	0,30%	-2,50%
Alemanha	1,00%	-4,70%
Reino Unido	0,70%	-5,00%
Itália	-1,00%	-5,10%
Espanha	1,20%	-3,70%
Estados Unidos	1,10%	-2,60%
Brasil	5,10%	-0,20%
Rússia	5,60%	-7,90%

Fonte: INDEXMUNDI, disponível em <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=66&c=rs&l=pt>, acesso em 17 out. 2014

Fica evidente que efeitos da crise econômica mundial se espalhou por todo o mundo; os Estados Unidos, epicentro da crise apresentou crescimento negativo de 2,6% em 2009; as economias europeias apresentaram grandes perdas; a Itália teve recessão de 5,1%; a Alemanha 4,7% de crescimento negativo e a Espanha acompanhou a tendência de queda apresentando recessão de 2,6%.

A recessão média dos países da União Europeia foi de 4%. Essa retração que espalhou por toda Europa refletiu na Rússia, país que não sofreu com perdas no mercado financeiro, mas a redução da demanda dos outros países europeus por petróleo, gás natural, carvão e energia elétrica fez com que a Rússia apresentasse a maior recessão dentre os países analisados, 7,9%.

Relativamente o Brasil não apresentou grandes problemas em decorrência da crise internacional; apresentou crescimento negativo de 0,20%, resultado positivo, dado o volume de perdas das outras economias mundiais. Tanto que durante um discurso na região do ABC paulista em 2008, Lula afirmou que a crise que nos Estados Unidos e Europa era um Tsunami, mas aqui no Brasil seria uma “marolinha”.

A condição relativamente boa do Brasil frente à crise econômica mundial, se deu pela rápida ação do governo federal na adoção de políticas fiscais e monetárias para fomentar a produção e consumo interno. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), as principais medidas adotadas para combater a crise foram:

- Aumento de R\$ 7 mil para R\$ 25 mil no limite de empréstimo para compra de material de construção; disponibilização em novembro de 2008 de crédito de R\$ 2 bilhões para estimular o consumo em diversos setores, incluindo o de materiais de construção.
- Aumento da oferta de crédito para o setor automotivo, isenção do IPI de carros de motor 1.0 e do IOF em financiamentos de motocicletas, motonetas e ciclomotores.
- Antecipação de crédito da ordem de R\$ 5 bilhões para financiamento da safra agrícola.
- Disponibilização em novembro de 2008 de crédito de R\$ 2 bilhões para estimular o consumo de diversos setores, incluindo o de móveis e eletrodomésticos, redução do IPI de fogões, geladeiras, tanques e lavadoras, a chamada linha branca, em abril de 2009.

Essas medidas tinham por objetivo o aumento da produção industrial de insumos da construção civil, aumentar as vendas de automóveis no último trimestre de 2008 e no ano de 2009, produção industrial de máquinas agrícolas e auto peças a partir de 2009 e aumentar as vendas de eletrodomésticos.

No que tange à política cambial, ainda segundo relatório do TCU, o governo reduziu as tarifas de IOF nas operações de câmbio e fez acordos com o Federal Reserve, para garantir um nível mínimo de liquidez no mercado de câmbio e dos leilões de dólares.

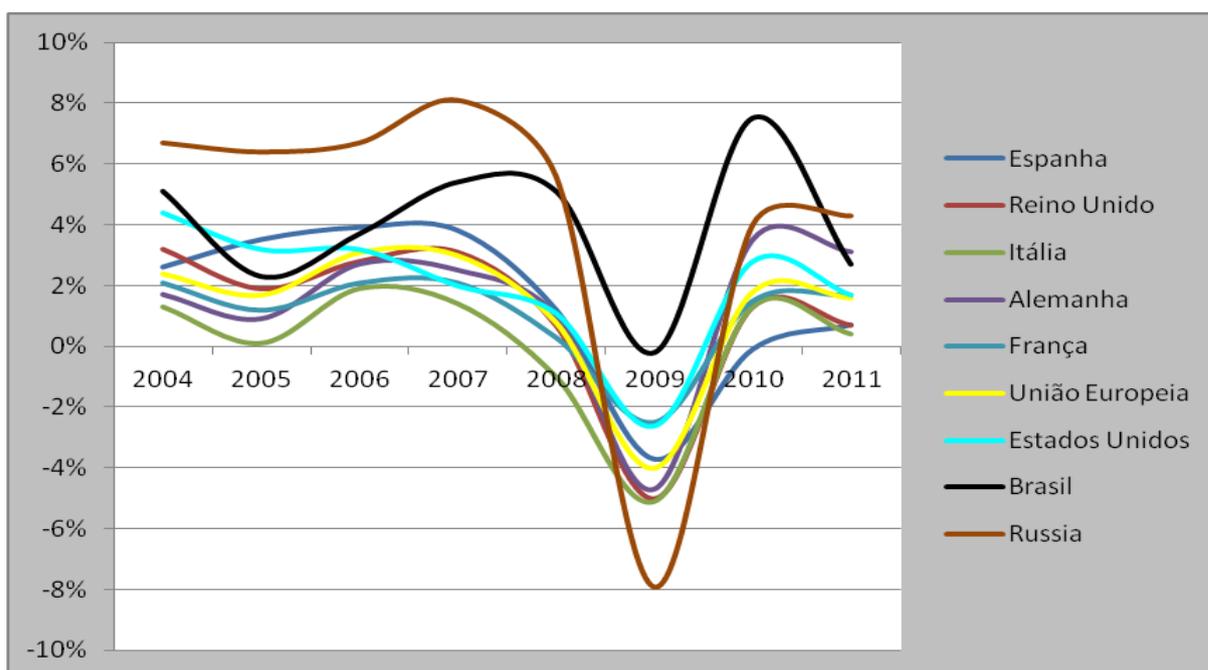
De acordo com o Portal Uol Economia, somente entre setembro de 2008 e dezembro de 2009 o pacote de medidas anticrise do governo federal ultrapassaram a somas de 250 bilhões de reais; parte desse dinheiro teria sido

destinado às linhas de crédito para o fomento do mercado interno e outra parte desse custo seria decorrente da redução da arrecadação.

A forma como o governo brasileiro lidou com a crise rendeu elogios por vários economistas, empresários e outras organizações de pesquisa. Alan Mulally, então presidente-executivo da Ford, elogiou a condução de Lula e em consequência disso a Ford anunciou em 2010 investimentos de 4 bilhões de reais no país.

A fundação Alemanha Berstelmann, publicou estudos que mostram que o Brasil foi o país que mais rápido saiu da crise de 2009. Isso fica evidente quando comparamos graficamente o desempenho das principais economias do mundo, antes e depois da crise.

Figura 14 - Gráfico comparativo do desempenho de nove países e a da União Europeia entre 2004 e 2010.



Fonte:INDEXMUNDI, disponível em <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=66&c=rs&l=pt>, acesso em 17 out. 2014

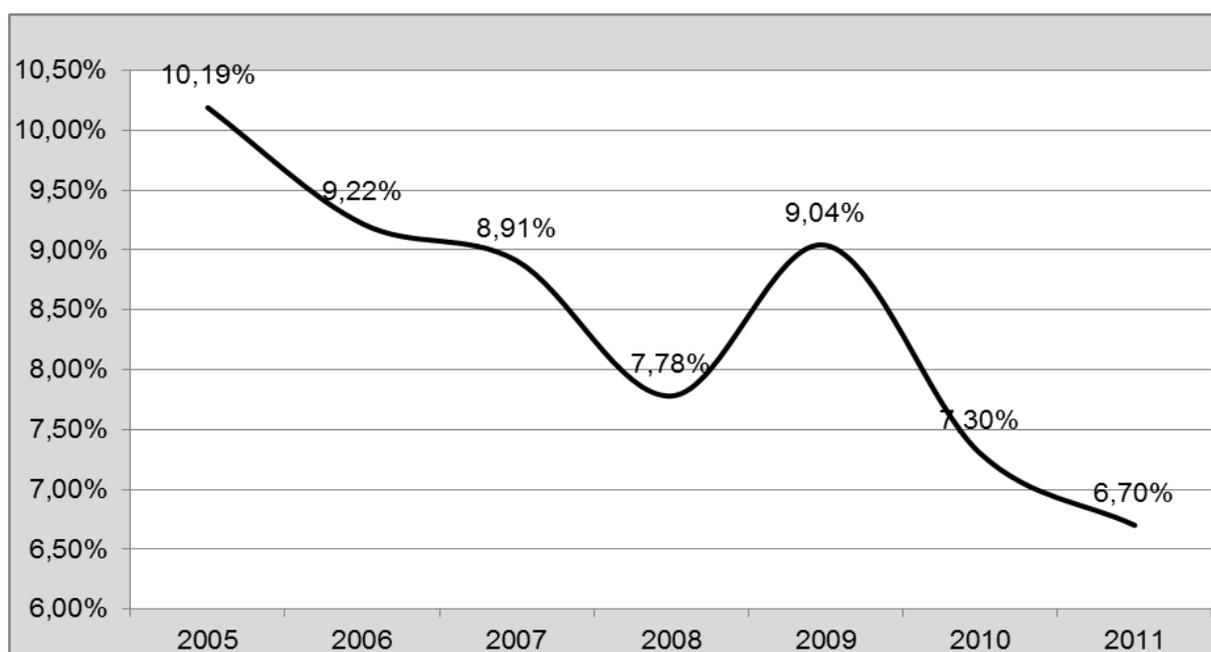
Elaboração: O Autor

Observa-se que quando comparado ao de outras grandes potências, o desempenho do Brasil de fato foi satisfatório durante o período tido como o ápice da crise. A economia brasileira que havia encolhido 0,20% em 2009, retomou o

crescimento e segundo dados do IBGE, em 2010 o crescimento do PIB brasileiro foi de 7,5%, a maior taxa de crescimento do PIB em mais de vinte anos. Somente em 1986 o PIB brasileiro cresceu mais que 7,5%.

O nível de emprego no Brasil também não sofreu alterações tão danosas como nas grandes potências.

Figura 15 - Gráfico da taxa de desemprego no Brasil de 2005 – 2011



Fonte: IBGE: disponível em www.ipeadata.gov.br, acesso em 07 out. 2014

Elaboração: O Autor

Conforme descreve Cordeiro (2010), ao contrário dos Estados Unidos em que a taxa de desemprego saltou de 4,8% em janeiro de 2008 para 7,2% ao final de 2008. Em julho de 2009 a taxa de desemprego nos Estados Unidos alcançou 9,4%, ou seja, em um período de dezoito meses, a taxa de desemprego nos Estados Unidos quase dobrou; um choque muito brusco em um curto espaço de tempo, fato que foi evitado no Brasil.

Em razão do presidente Lula ter conseguido manter controlada a inflação, crescimento satisfatório do PIB, melhora na distribuição e uma condução de política econômica durante a crise econômica de 2008-2009, a popularidade dele era astronômica. Segundo pesquisa do instituto DataFolha, quando ele deixou o governo em 2010 tinha 80% de aprovação, popularidade inédita na história do país.

Esbanjando popularidade e com a economia funcionando, seria difícil Lula não eleger um sucessor nas eleições de 2010, e de fato ocorreu, com a eleição de Dilma Rousseff candidata do PT, que havia sido Ministra de Minas e Energia e depois Ministra Chefe da Casa Civil durante a administração de Lula.

Os principais concorrentes de Dilma Rousseff à presidência foram José Serra do PSDB, derrotado por Lula em 2002, que havia ganhado força política por ser o governador do Estado de São Paulo e a até então senadora acreana Marina Silva, na época candidata do Partido Verde (PV). Marina foi Ministra do Meio Ambiente de 2003 a 2008 durante o governo Lula.

Dilma venceu José Serra no segundo turno, em 31 de outubro de 2010 e entrou para a história brasileira ao se tornar a primeira mulher a ser eleita presidente do Brasil. Tendo em seu programa de governo a promessa de continuidade às políticas de Lula, o segundo programa de aceleração do crescimento, o PAC 2 e o maior programa habitacional do país, o Minha Casa Minha Vida.

CONCLUSÃO

Com base no que foi apresentado no trabalho e pela evolução dos principais indicadores socioeconômicos do Brasil no período analisado, pode-se perceber que houve uma melhora significativa em todas as variáveis analisadas, sinalizando que durante esse período o Brasil estaria se aproximando do equilíbrio macroeconômico.

A melhora desses indicadores fica nítida quando se compara à condição macroeconômica brasileira durante a segunda metade da década de 80, com os indicadores apresentados ao fim da primeira década do século XXI. Assim, podemos afirmar que a condição de vida dos brasileiros apresentou melhoras significativas.

Os objetivos das políticas macroeconômicas via de regra são promover o crescimento da economia com ciclo econômico estável, reduzir o nível de desemprego, evitar déficits internos e externos e controlar a inflação, além de ser de extrema necessidade a consolidação da estabilidade política.

Assim que aconteceu a redemocratização brasileira em 1985, o cenário político brasileiro era completamente adverso para que qualquer presidente assumisse a responsabilidade de conduzir a política econômica e social do país. O clima tenso provocado pelas manifestações pró democracia, conflitante com a resistência de classes sociais mais tradicionais, colocava o país numa condição que seria impossível que houvesse um consenso entre as principais correntes políticas.

A situação de José Sarney, primeiro presidente após o regime militar, era complicada, já que a herança deixada pelo regime militar foi uma dívida externa exorbitante, decorrente dos programas de desenvolvimento adotados pelos militares que buscavam divisas estrangeiras, normalmente a juros elevadíssimos, que corroborava para a tendência crescente da dívida externa brasileira.

A consequência do endividamento externo era o endividamento interno, uma vez que o governo brasileiro era obrigado a lançar títulos de dívida interna para auferir receitas para investimentos e saldar a enorme dívida contraída no exterior.

Quando não lançava títulos, o governo brasileiro emitia mais moeda para adquirir moedas estrangeiras, gerando um processo de monetização da economia.

A monetização da economia segundo a corrente monetarista, é a principal fonte de inflação, pois o aumento do meio circulante provoca aumento no volume de transações, dado que a produção não cresce a curto prazo. Esse fenômeno provocará a chamada inflação de demanda e, segundo o IBGE, durante a década de 80 a inflação brasileira atingiu o exorbitante índice de 1.863,55% ao ano em 1989.

O histórico de inflação excessiva no Brasil fez com que se criasse uma memória inflacionária, ou seja, a inflação do passado é determinante na inflação futura, num processo autoalimentado pela memória inflacionária dos agentes e pela indexação da economia, através da aplicação de correção monetária em todos os contratos. Esse tipo de inflação é chamado de inflação inercial.

Os investidores não se sentiam seguros para investir no Brasil. Logo, não havia crescimento da economia e o nível de desemprego era elevadíssimo. Essa deficiência generalizada da economia brasileira era resultado de políticas econômicas destoadas que só colaboravam para maiores desequilíbrios na economia.

A melhora na situação macroeconômica brasileira se deve em especial ao Plano Real, adotado em 1994, que previa em primeiro lugar equilibrar as contas do governo, para depois debelar a inflação. A política conseguiu de início reduzir a inflação de 48% ao mês em junho de 1994 para apenas 7,75% em julho. Tendo decorrido apenas dois anos da aplicação do plano e a inflação já estava abaixo dos 10% ao ano.

O Plano Real foi determinante para o desenvolvimento econômico brasileiro, uma vez que garantiu estabilidade de preços e abertura do mercado que expôs as empresas brasileiras a um regime de concorrência jamais experimentado, o que gerou avanços tecnológicos e colaborou para a estabilização da inflação, pois os empresários já não dispunham da mesma facilidade de outrora para repassar aumento de custos para os preços.

Lula assumiu a presidência em posição relativamente confortável, contando com a belíssima herança deixada por Fernando Henrique Cardoso e com uma boa conjuntura internacional. Durante a primeira década de 2000, a economia brasileira cresceu e manteve a inflação sob controle, reduziu o desemprego e melhorou a distribuição de renda no país, graças aos programas de transferência de renda criados por Fernando Henrique Cardoso e intensificados durante a gestão Lula.

A evolução da economia brasileira está associada especialmente à continuidade das políticas macroeconômicas adotadas por Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, por Luis Inacio Lula da Silva, determinado pelo chamado “tripé macroeconômico”, que prevê combate à inflação, crescimento da economia e equilíbrio do orçamento público.

O equilíbrio do orçamento público, garantido através da Lei complementar nº101 de maio de 2000, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal impôs a gestão responsável do orçamento público, especialmente no longo prazo, garantindo equilíbrio e regulamentação dos gastos do governo. Com isso, o governo brasileiro passou a obter sucessivos superavit fiscais, diminuindo a dívida pública. Dessa forma o governo possuiu maiores garantias do mercado e, conseqüentemente, maior credibilidade e confiança dos investidores no governo federal.

Uma vez garantida a estabilidade dessas três importantes variáveis, fica aberto o campo para o desenvolvimento econômico e social do país. O equilíbrio das contas públicas, alcançado graças à redução dos déficit fiscais, fez com que o governo não precisasse monetizar a economia para auferir moeda estrangeira para saldar a dívida externa.

Sendo assim o governo pode utilizar-se integralmente dos três instrumentos de política macroeconômica. O governo conseguia controlar a oferta de moeda, podendo utilizar-se das políticas monetárias para combater a inflação, passou a acumular reservas internacionais permitindo ao governo executar políticas cambiais para controlar a baixa oferta de determinado produto via importação, ou estimular as exportações, contribuindo para a regulação do mercado interno.

Além disso, o ajuste das contas do governo faz com que o governo federal acumule reservas internas, que posteriormente serão utilizadas em políticas fiscais que visem o crescimento da economia, sem a necessidade de financiamento externo, como foi o caso do PAC, um plano econômico que o governo federal não precisou buscar empréstimos no exterior, o que colabora com a redução da dívida externa do país.

Podendo o governo utilizar-se integralmente das políticas macroeconômicas, o crescimento da economia vem a reboque, pois a credibilidade que o governo passa aos investidores se transforma em otimismo, gerando novos investimentos que se tornarão a base do crescimento da economia no longo prazo, além de representarem aumento de oferta que colabora com a estabilidade dos preços.

Com a economia crescendo, gera-se novos postos de trabalho, reduzindo o desemprego e como a demanda por mão de obra será cada vez mais crescente em uma economia em expansão, o nível médio dos salários tende a subir, contribuindo para a melhor distribuição de renda no país.

Outro fator que colaborou para a melhoria na distribuição de renda do Brasil foram os programas de transferência de renda, criados durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso e tornaram a principal política do governo Lula. O Bolsa Família, por exemplo, é um importante instrumento de erradicação da pobreza extrema, pois garante renda às famílias que não possuem formas de auferir renda.

O Bolsa Família incluiu milhões de brasileiro ao mercado consumidor e esse incremento de demanda do mercado tornou-se um dos principais pilares do crescimento da economia brasileira e de geração de novos postos de emprego, contribuindo para a redução do desemprego.

Novamente pode-se observar a importância do equilíbrio do orçamento público, pois uma vez acumulados os superavit fiscais, sobrava dinheiro em caixa para o governo distribuir para as classes mais necessitadas da sociedade, ou seja, a adoção da política do tripé macroeconômico proposta por Fernando Henrique Cardoso, visando o equilíbrio de longo prazo das contas nacionais, foi essencial para o crescimento do Brasil nos últimos vinte anos, pois garantiu o equilíbrio macroeconômico que não existia na década de 80 e início da década de 90. E associado à estabilidade política, garantida pela continuidade que Lula deu à política

de FHC, fez com que o Brasil se desenvolvesse economicamente e socialmente e, dado o sucesso dessa política, serve como modelo de gestão política para novos presidentes para que o Brasil continue a crescer com estabilidade, com boa distribuição de renda e sem gerar desequilíbrios nas contas do governo.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- BACHA, Edmar L. **O plano Real: Uma avaliação.** In. MERCADANTE, Aloizio (Org). O Brasil pós-real: **A política econômica em debate.** Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998.
- BAER, Werner. **A Economia Brasileira.** 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1995.
- BARROS, Aluizio Antônio de; PEREIRA, Claudia M. M. de Araújo. **Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica.** Curitiba: RAC, 2008.
- CARVALHO, Ney; **A guerra das privatizações.** São Paulo, Editora de Cultura, 2009
- FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira.** Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- GABEIRA, Gabriel Luiz; **Síntese da economia brasileira.** Rio de Janeiro, Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo. 2009
- GONÇALVES, Reinaldo et al.; **Vinte anos de política econômica. 1ª ed.** Rio de Janeiro, Contraponto, 1999
- GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea,** 5ª ed. São Paulo: Atlas. 2004.
- LACERDA, Antônio Corrêa et al. **Economia Brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2000.
- IPEA; **Perspectivas da Economia Brasileira.** Brasília, Ipea, 1992.
- LANZANA, Antônio E. Teixeira. **Economia Brasileira: fundamentos e atualidade.** 3ª ed. Atlas: São Paulo, 2005.
- LANZANA, Antônio E. Teixeira; LOPES, Luiz Martins. **Economia Brasileira: da estabilização ao crescimento.** São Paulo: Atlas, 2009.
- PARKIN , Michael. **Macroeconomia.** 5ª ed. São Paulo, Pearson Addison Wesley, 2003.
- PAULINO, Luiz Antonio. **O plano real e os dois governos de Fernando Henrique Cardoso** PIRES, In Marcos Cordeiro; (coord). **Economia brasileira: da Colonia ao Governo Lula.** São Paulo, Saraiva, 2010.
- REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Economia Brasileira Contemporânea,** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PEREIRA, José Matias. **Economia Brasileira: governabilidade e políticas de austeridade, dimensões macroeconômicas, desigualdades sociais**. São Paulo: Atlas, 2003

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2ª ed. Atlas, São Paulo: 2008.

TAYLOR, John B; VIEIRA, Silvana (trad). **Princípios de macroeconomia**, São Paulo, Ática, 2007.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord). **O Real e o futuro da economia**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1995.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord). **Brasil: Desafio de um país em transformação**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1997.

REFERENCIAL ELETRÔNICO

ADVFN — Disponível em <http://br.advfn.com/bolsa-de-valores/bovespa/ibovespa-IBOV/grafico#> data do acesso 16 out. 2014

Banco Central do Brasil — disponível em www.bcb.gov.br, acesso em 07 out. 2014.

Biblioteca Virtual da presidencia - <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/biografia-periodo-presidencial>, acesso em 17 out. 2014.

CARDOTE, Leonardo Fernandes Rodrigues; A crise economica de 2008: A interdependencia economica e as mudançãs no regime financeiro internacional; disponível em <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rdugr/article/880/570>, data do acesso 14 out. 2014.

Estadão Online - <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,presidente-mundial-da-ford-reune-se-com-lula-e-kirchner,534619> de 06/04/2010, data do acesso 17 de out. de 2014.

Index Mundi — Disponível em <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=66&c=rs&l=pt>, acesso em 17 de out. 2014.

Ipeadata – Disponível em disponível em www.ipeadata.gov.br, acesso em 07 de out. 2014

Jornal O Globo Online: <http://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410> de 04 out. 2008, acesso em 17 de out. 2014

Portal Brasil – Economia, disponível em <http://www.portalbrasil.net/economia.htm>, data de acesso 19 mai. 2014

Portal de Finanças — disponível em http://portaldefinancas.com/inpc_ibge.htm, acesso em 06 ago. 2014.

Portal Uol Economia - <http://economia.uol.com.br/ultnot/bbc/2008/12/12/ult2283u1464.jhtm> de 12/12/2008, acesso em 17 out. 2014.

Schneider , Ben Ross; Privatizações no governo Collor: trunfo do liberalismo ou colapso do estado desenvolvimentista. In Revista de economia Política – disponível em <http://www.rep.org.br/pdf/45-1.pdf> acesso em 18 mai. 2014.

